

PANORAMA DO TRABALHO FORMAL DO **RN** NA DÉCADA DE 90



VARÉLIO GOMES DOS SANTOS
VALDEMIR GALVÃO DE CARVALHO

IFRN
Editora

Natal, 2011

VARELIO GOMES DOS SANTOS
VALDEMIR GALVÃO DE CARVALHO

PANORAMA DO TRABALHO FORMAL DO RN NA DÉCADA DE 90

IFRN
Editora ■■■■■

2011

Presidenta da República **Dilma Rousseff**
Ministro da Educação **Fernando Haddad**
Secretário de Educação Profissional
e Tecnológica **Eliezer Moreira Pacheco**

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Rio Grande do Norte**

Reitor **Belchior de Oliveira Rocha**
Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação **José Yvan Pereira Leite**
Coordenador da Editora do IFRN **Paulo Pereira da Silva**
Conselho Editorial **Samir Cristino de Souza (Presidente)**
André Luiz Calado de Araújo
Dante Henrique Moura
Jerônimo Pereira dos Santos
José Yvan Pereira Leite
Valdenildo Pedro da Silva

Todos os direitos reservados

Divisão de Serviços Técnicos. Catalogação da publicação na fonte.
Biblioteca Sebastião Fernandes (BSF) – IFRN

S237P Santos, Varélio Gomes dos.

Panorama do trabalho formal do RN na década de 90 / Varélio
Gomes dos Santos, Valdemir Galvão de Carvalho. – Natal : IFRN,
2011.

72p. : il.

ISBN 978-85-8161-003-0

1. Trabalho formal – Rio Grande do Norte. 2. Trabalho formal no
RN – Histórico. 3. Emprego formal no RN – Indústria e agricultura.
I. Título.

CDU 331(813.2)

EDITORAÇÃO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Charles Bamam Medeiros de Souza

CONTATOS

Editora do IFRN

Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol. CEP: 59015-300

Natal-RN. Fone: (84) 4005-0763

Email: editora@ifrn.edu.br

A minha vó a quem amo e carinhosamente
aprendi a chamá-la "mãeota".

(varélio)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
1. INTRODUÇÃO	09
2. EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO RIO GRANDE DO NORTE NOS ANOS 90.	14
3. EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA NOS ANOS 90: AVALIAÇÃO DO NORDESTE E DO RN.	27
4. EVOLUÇÃO DO EMPREGO NA AGRICULTURA NO BRASIL COM ENFOQUE NO NORDESTE E NO GRANDE DO NORTE NOS ANOS 90.	43
5. CONSIDERAÇÕES	55
GLOSSÁRIO	58

PREFÁCIO

Esta obra reúne conhecimentos acerca do mundo do trabalho formal e da empregabilidade de jovens no Rio Grande do Norte nos anos 90, como resultado de estudos e pesquisas efetuados durante a formação acadêmica em administração e atuação profissional no percurso de pesquisador do autor focado a atuação na problemática que permeia o mundo do trabalho formal e informal.

Com linguagem técnica e formal, o pesquisador autor dessa obra, apresenta os resultados do mercado de trabalho formal no Rio Grande do Norte apresentando as peculiaridades pertinentes desse segmento destacando as nuances relacionadas a inserção e característica do mercado de trabalho formal no RN.

Por reunir informações valiosas sobre o mercado de trabalho formal no RN nos anos 90, o leitor encontrará respostas para indagação e terá oportunidade de encontrar inúmeras informações como fonte de pesquisa não reunidas até então

O debate sobre o mercado de trabalho formal tem ganhado projeção nos debates nacionais, regionais e locais, no entanto, ainda necessita de ser ampliado no Estado do RN. O intuito aqui apresentado permite o mapeamento de dados referentes ao mercado formal de trabalho no Rio Grande de Norte na década de 90. O que a torna uma contribuição para o acervo científico no que tange a área de mercado de trabalho formal.

Reforço ainda a valiosa contribuição dessa obra como fonte de pesquisa quando reúne de forma pioneira informações sobre o mercado de trabalho formal no RN durante a década de 90, informações ainda não reunidas numa única obra.

Partilho com o autor deste livro desde o desenvolvimento de sua idealização e posso dizer que consigo antever a significativa contribuição científica para a contextualização e mapeamento do quadro do mercado de trabalho formal no RN, dos período explorado, nos grandes segmentos da economia: indústria, comércio e serviços.

Iracyara Maria Assunção de Sousa
Educatora Física e Pedagoga
Professora IFRN Campus Macau

APRESENTAÇÃO

No primeiro capítulo denominado de introdução apresenta-se uma abordagem conjuntural da realidade brasileira dos anos 90 como forma de situar os termos do debate e esclarecer ao leitor o a realidade vivenciada naquele período da historia recente. Essa contextualização esta centrada nas questões que afetaram a evolução do emprego formal.

O segundo capítulo procura demonstrar a realidade do emprego formal na região Nordeste durante a década de 90 no que refere-se a situação geral da região e, em especial do Rio Grande do Norte. O período escolhido justifica-se pelo fato de que no início da década de 90 começa a política de abertura econômica e a tentativa de dinamizar as atividades de todos os setores da economia brasileira. Os dados usados como base desse trabalho são retirados da RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho – que tem sido amplamente utilizados nos estudos regionais que visam a identificação de movimentação e tendências de deslocamento regional. Deve-se esclarecer que os microdados demonstrados dizem respeito apenas à evolução do emprego formal (com carteira assinada), sem no entanto, abordar a realidade do emprego informal ou empregos em carteira assinada. Traça uma análise comparativa da evolução do emprego nos nove estado que compõem a região, em seguida analisando a situação do Rio Grande do Norte e, finalizando com uma breve abordagem do emprego formal, por meso-regiões que compõem o Estado.

O terceiro capítulo examina as atividades industriais na região Nordeste durante os anos de 1990, 1995 e 2000 no que se refere à quantidade de estabelecimentos e quantidade de empregos formais nas cadeias do setor produtivo, identificando de forma quantitativa o desenvolvimento do complexo industrial nordestino durante esse período. O período de 1995 é intermediário em face à nova realidade da política econômica - O Plano Real – implantada no país em 1994 e o ano de 2000 como base comparativa durante os outros períodos abordados. Abroda-se uma análise comparativa das cadeias que compõem o complexo industrial do Rio Grande do Norte e a comparação com os outros estados do Nordeste, na tentativa de identificar (nos três períodos abordados – 1990, 1995 e 2000) verificar se houve ou não avanços na quantidade de pessoas empregadas nas atividades industriais do Estado no período pesquisado.

No quarto capítulo procura-se demonstrar a evolução da agricultura no Brasil dando enfoque a realidade do emprego formal na região Nordeste e, em especial no Rio Grande do Norte durante a década de 90 no que se refere situação geral da região e, em especial do Estado durante esse período. Analisa-se a situação do Rio Grande do Norte usando como base os critérios da RAIS e, finalizando com uma breve abordagem do emprego formal na agricultura por meso-regiões que compõem o RN.

Finalmente, o quinto e último capítulo apresenta as considerações acerca da realidade do mercado de trabalho formal do Riio Grande do Norte considerando um comparativo entre a relaidade brasileira e a relaidade dos nove estados que compoem a região Nordeste.

INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho tem sido objeto de profundas transformações nas últimas décadas, em especial no Brasil, onde essas mudanças resultaram principalmente da adoção, a partir de 1990, de um novo modelo econômico, que busca inserir o país no processo de globalização. Assim, para analisar a evolução do emprego no país, é importante discutir efeitos passados e atuais da globalização – considerando-se, no caso, os impactos socioeconômicos da crescente liberalização comercial, da desregulamentação do setor financeiro e do mercado de trabalho, da reformulação do papel do Estado, da revolução tecnológica e das novas formas de organização da produção surgidas com as grandes empresas transnacionais. (POCHMANN, 2002)

Dessa forma, fica evidente que a conjuntura da política econômica na década de 90 agravou um processo de fragilidade existente na oferta de postos de trabalho. A política de abertura, a competitividade, a inovação tecnológica e a falta de especialização da mão-de-obra provocaram o agravamento da oferta de postos de trabalho em todos os segmentos da economia.

A situação da oferta de emprego e da distribuição da renda no Brasil, quando observando os anos 80, em relação à evolução anos 70, sofreu perdas em relação a evolução do emprego.

De maneira geral, a década de 80 foi marcada por uma grande instabilidade do sistema macroeconômico, tendo sido a ausência de crescimento do produto interno e a predominância de um regime de alta inflação no país (sem mecanismos de perfeita indexação dos contratos), os principais responsáveis pela deterioração e a desaceleração da oferta de postos de trabalho em todos os setores da economia. Depois de ter atingido, durante os anos 80, níveis baixos de oferta de emprego agravasse ainda mais durante toda a década. Nos anos 90, por sua vez, essa situação se torna mais crítica diante da política de abertura implantada pelo governo.

A década de 90, no Brasil, caracterizou-se pelo crescimento acelerado das taxas de desemprego e sua manutenção em patamares

elevados. Ao mesmo tempo, agravaram-se as condições de trabalho, com expansão de contratos fora dos marcos legais, extensas jornadas de trabalho, modificações na legislação trabalhista, entre outros. É a partir dessas questões que se desenvolve o mercado de trabalho no Brasil.

A experiência brasileira da industrialização e da urbanização sugere que o crescimento do emprego no setor terciário respondeu apenas em parte ao processo normal de desenvolvimento das atividades industriais e agropecuárias, podendo ser, nos anos 90, principalmente, explicado pelo atrofiamento dos setores industriais, isto é, pela incapacidade do crescimento industrial absorver a força de trabalho ativa que a cada ano se incorpora ao mercado de trabalho urbano.

Nesse enfoque, as taxas de desemprego da economia brasileira, postas em um patamar mais elevado na década de 90, comparativamente à média dos anos 80, somente não foram maiores por conta do papel absorvedor de mão-de-obra que esteve sendo desempenhado pelos setores do terciário, operando como um elemento anticíclico à crise mais geral do emprego no país.

A política econômica adotada no Brasil nos anos 90 se caracterizou por uma forte instabilidade, conseqüência dos vestígios da turbulência econômica dos anos 80 – a década perdida - altas taxas inflacionárias e o aprofundamento da crise já instalada das finanças públicas.

Em meados da década com a implantação de uma nova política econômica – Implantação do Plano Real – a partir de 1994, a pressão inflacionária recuou e a economia voltou a apresentar taxas, mesmo que moderadas, de crescimento da produção.

As transformações econômicas engendradas pelo movimento de abertura externa com recessão doméstica no início dos anos 90, por sua vez, agiram no sentido de aprofundar as inserções setoriais ligadas aos serviços prestados às empresas (serviços produtivos), comércio e transportes (serviços distributivos), serviços prestados às famílias (serviços pessoais) e serviços não-mercantis (serviços diversos).

Ainda na década de 90, o constrangimento externo brasileiro traduziu-se em uma verdadeira dívida de guerra, a qual, ao lado do protecionismo e da perda das relações de troca, reverteu a trajetória de crescimento do País. Inserida a ferro e fogo na “globalização”, a economia brasileira obedeceu a políticas ortodoxas, com resultados de recessão, inflação e empobrecimento da população.

Não obstante, a conservação do parque produtivo, enraizou comportamentos defensivos privados de valorização financeira do patrimônio e de gastos de investimento significativamente reduzidos.

A política industrial brasileira, adotada nos anos 90, procurou adaptar o complexo produtivo à abertura econômica; provocando a reestruturação da indústria nacional à realidade competitiva.

Ao longo dos anos 90, o Brasil também passou por profundas transformações estruturais que abriram caminho para um novo tipo de inserção internacional do país [Malan (1998)]. A abertura econômica e a privatização, associadas à estabilidade, resultaram em forte incentivo aos investimentos tanto nacionais quanto estrangeiros, fazendo a reestruturação industrial avançar – é certo que em alguns setores mais rapidamente que em outros. Como resultado, a produtividade cresceu, ainda que partindo de um patamar bastante baixo.

O papel do Estado na economia mudou de forma drástica, passando de um Estado-empresário, que procurava impulsionar o desenvolvimento econômico, definindo diretamente os fatores de produção nos quais deveriam ser alocados para um Estado regulador e fiscalizador da economia.

No início da década de 90 a maior parte da população brasileira se concentrava nas cidades, segundo a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em todo o país. Segundo essa pesquisa a proporção de pessoas que viviam nas cidades era bastante parecida com a parcela da população economicamente ativa (73%). Em 1999 quando foi realizada a última PNAD, cerca de 80% da população brasileira vivia nas cidades.

O Sudeste, Nordeste e Sul encontravam a maior parte da população economicamente ativa. Juntas as três respondem por mais de 80% da força de trabalho nacional. Na região Nordeste há uma concentração maior de pessoas nas áreas rurais como consequência, nesta região, acontece um número maior de atividades ligadas à agricultura e uma menor participação nas atividades industriais.

Na região Sudeste observa-se uma menor ocupação nas atividades ligadas ao campo por outro lado observa-se uma forte concentração da população urbana como consequência, nesta região concentra-se as atividades industriais.

A região Sul assemelha-se a região Sudeste com forte tendência a industrialização e com forte tendência a concentração urbana. Na região centro-oeste a maior concentração de atividades esta nas atividades agrícolas e nas atividades ligadas aos serviços. Segundo dados do IBGE nas cinco regiões as atividades ligadas aos serviços tem uma forte participação na empregabilidade.

Em relação ao perfil do trabalhador brasileiro dados do IBGE demonstram que o contingente de trabalhadores brasileiros na década de 90 situava-se em idade de 20 a 39 anos sendo a maioria do sexo masculino.

Os anos 90 foram marcados pelo aumento do desemprego que não conseguiu atender a demanda da PEA (população economicamente ativa) e pelo crescimento da precariedade das relações de trabalho nos mercados de trabalho das regiões metropolitanas. Outra característica que marcou o mercado de trabalho no Brasil nos anos 90 foi a fragilização da estrutura ocupacional. A indústria que em décadas passadas ocupava lugar de destaque na oferta de postos de trabalho reduziu seu nível de ocupação, os serviços ampliaram sua participação, mas não proporcionalmente ao aumento vegetativo da população principalmente nas regiões metropolitanas.

Para Bacelar (1995), o movimento de integração econômica comandado pelo processo de acumulação de capitais do país nas últimas décadas, atingindo o Nordeste e consolidando sua dinâmica econômica às tendências gerais da economia nacional. Não se verifica mais o fato de a economia do Nordeste, mergulhar na estagnação, conviver com forte dinamismo do Centro-Sul. A integração articulou as diversas dinâmicas regionais.

Como se pode verificar nesta concepção de integração nacional articulada em décadas passadas e confirmada durante os anos 90, mas a particularidade de cada região que amenizou os efeitos da crise na economia brasileira que se agravou na década de 90 (BACELAR, 1995).

A indústria de bens intermediários, os investimentos na modernização da agricultura e o crescimento das atividades ligadas aos serviços amenizou os efeitos da crise na década de 90 na região proporcionando pólos de crescimento econômicos em áreas propícias a essa realidade.

De acordo com Albuquerque (1996), o novo modelo de desenvolvimento que se instalou no início da década de 90 contribuiu para agravar e ampliar a vulnerabilidade socioeconômica do Nordeste, haja vista que o esforço de reestruturação produtiva brasileira incide sobre os segmentos mais dinâmicos da economia à revelia das regiões periféricas, notadamente o Nordeste, em decorrência de seu aparelho produtivo ser de baixa competitividade, pouca integração interna, frágil articulação intersetorial e grave insuficiência de escala empresarial aliadas a outros fatores. Entretanto, existe um consenso que essa situação de vulnerabilidade não conduz o Nordeste, necessariamente, a uma exclusão.

Admite-se a possibilidade de o Nordeste vir a se integrar, nacionalmente, desde quando se adote uma estratégia de desenvolvimento regional que priorize os setores ou as atividades com relevante capacidade competitiva. Para tal, Albuquerque (1996) sugere a adoção de uma estratégia a ser desenvolvida baseada em uma inserção nacional, onde se pudesse buscar a dinamização da região através do comércio, de investimentos, do turismo, da modernização agrícola e agroindustrial (com ênfase no semi-árido) posição defendida por Bacelar (BACELAR, 1995).

Durante toda a década de 90, de forma geral, ocorreu queda no emprego, no entanto em alguns setores industriais como o de calçados e a indústria têxtil aparecem como setores que absorveram grande contingente de mão-de-obra local.

No caso da indústria de calçados instalada e, com forte participação na oferta de postos de trabalho na região que se instalou principalmente visando os incentivos fiscais e também pelo fato de ter na região abundância de mão-de-obra e conseqüentemente baixos níveis salariais quando comparados com as regiões Sudeste e Sul do país.

O caso da indústria têxtil, de forte tradição na região, não é diferente, os incentivos fiscais e os baixos salários pagos faz com que essa atividade absorva a mão-de-obra local aparecendo em situação de destaque durante toda a década de 90. Não diferentemente dessa realidade também podemos destacar as atividades agroindustriais, exploração mineral e os serviços que serão analisados neste trabalho.

As transformações observadas na região Nordeste, na década de 90, tiveram sentido contrário enquanto houve aumento na oferta de emprego em alguns setores provocados pelos incentivos fiscais e os baixos salários também aconteceram perda em setores como no caso agroindustrial.

EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO RIO GRANDE DO NORTE NOS ANOS 90

Partindo do contexto regional deve-se destacar a evolução do emprego no estado do Rio Grande do Norte numa situação análoga, observando a evolução do emprego formal na região e o comportamento dessa evolução no Estado, como forma de identificar e discutir preliminarmente essa evolução, levantando assim, questões a cerca da realidade do emprego formal no RN dentro de um contexto regionalizado.

A tabela 1 apresenta dados referentes a evolução do emprego formal no Nordeste entre 1990 e 2000.

TABELA 1 - Nº DE EMPREGADOS NA REGIÃO

NORDESTE			
Região Nordeste	1990	2000	VARIAÇÃO %
MA	230436	284793	23,6
PI	173386	205729	18,7
CE	537910	691093	28,5
RN	258819	315488	21,9
PB	289295	339135	17,2
PE	816671	883032	8,1
AL	259120	272183	5
SE	182532	206054	12,9
BA	922688	1177343	27,6
TOTAL GERAL	3670857	4374850	19,2

Fonte: Ministério do Trabalho - RAIS, 2004.

A tabela 1 demonstra segundo dados do emprego formal fornecido pelo ministério do trabalho, a situação, em dados numéricos,

do emprego na região Nordeste. Nesta análise preliminar tomou-se como base os anos de 1990 e 2000 como parâmetro para identificar a evolução do emprego nos nove estados que formam a região. Usando esses dados foi feito um levantamento observando o comportamento da evolução do emprego através de parâmetros de variação no período estudado.

Os Estados do Nordeste com melhores índices de empregabilidade regional em décadas passadas como a Bahia, Pernambuco e Ceará devido a uma maior concentração de atividades ligadas a indústria de transformação e, portanto com uma melhor situação absorção de mão-de-obra tiveram desempenho a considerar.

Enquanto a média de variação na oferta de emprego na região no período de 1990 a 2000 ficou em 19,2% , neste mesmo período o estado de Pernambuco, de forte participação na economia da região, teve um desempenho de apenas 8,1% já o estado da Bahia ficou acima da média regional na oferta de postos de trabalho com 27,6% e o estado do Ceará teve o melhor desempenho em relação aos dois anteriores de 28,5%.

Estados como a Paraíba 17,2%, Piauí 18,7 % ficaram um pouco abaixo da media regional no período. Os estados de Sergipe 12,9%, Pernambuco 8,1 e Alagoas tiveram um fraco desempenho no tocante a empregabilidade no período estudado.

O Rio Grande do Norte ficou acima da média regional, mas ainda com desempenho não tão satisfatório diante dos esforços governamentais para fomentar a economia estadual e, conseqüentemente o emprego formal no Estado.

Dos nove estados da região, o de menor índice em empregabilidade na década de 90, é o de Alagoas com 5% seguido pelo estado de Pernambuco 8,1% foram os que tiveram o pior desempenho, no período de 1990 a 2000. Como causa da perda de postos de trabalho principalmente em Pernambuco deve-se destacar as dificuldades da indústria pernambucana pelo complexo suco-alcooleiro.(SABÓIA, 2001).

Em contrapartida, o estado do Ceará teve, no período pesquisado, o excelente desempenho, cujo aumento de emprego formal é muito significativo quando comparado com a forte queda em estados tradicionais da região com Pernambuco e a Bahia, Como pode-se observar na tabela 1, o estado do Ceará aparece em primeiro lugar nos índices de variação de empregabilidade no final da década na região 28,5%, isso se deve ao fortalecimento da indústria têxtil e de sapatos , a frete da Bahia com 27,6%.

O estado do Rio Grande do Norte teve um desempenho de 21,9%, desempenho acima da média regional de 19,8% no período estudado. Isso se deve aos esforços governamentais de incentivo a modernização das atividades industriais e os incentivos fiscais.

Ao analisar a evolução da economia nordestina tratada como região periférica e que ao longo da história se tornou dependente do desenvolvimento das regiões que conseguiram desenvolver um pólo industrial.

A região Nordeste passa agora a integrar de forma mais presente a formação do mercado interno brasileiro ao ajustamento das regiões, amenizando às raízes da desigualdade regional e ao processo recente de concentração, desconcentração do país; a presença cada vez mais freqüente, de grandes frações do capital nas chamadas periferias, das quais estavam ausentes até bem pouco e, nelas, passam a definir o seu dinamismo (GUIMARÃES, 1997).

Diante dessa exposição e partindo da premissa de região periférica, deve-se identifica-se portanto, que durante a década de 90 a região Nordeste através dos incentivos governamentais e pela abundância de mão-de-obra mas, ao mesmo tempo desqualificada que se torna barata, atraiu grandes grupos industriais em segmentos que antes se concentravam no Sudeste do país provocando uma alavancada na oferta de postos de trabalho na região. Ainda segundo Guimarães (1997) essa realidade proporcionou a consolidação do “complexo Econômico Nordestino”.

As transformações ocorridas na economia nordestina, sobretudo por conta do aporte de capitais público e privado de fora da região, possibilitaram o surgimento e a consolidação das áreas dinâmicas, dos complexos ou pólos industriais, dos pólos agro-industriais, do que resultou a maior heterogeneidade da economia regional, e especializações que passaram a influir na dinâmica da economia Nordestina (GUIMARÃES, 1997).

Para Diniz (1998) “No nordeste, alguns estudos já identificaram a vantagem competitiva regional na transformação da estrutura econômica existente, baseada na reestruturação e modernização de complexos industriais especializados, *agribusiness*, e na expansão do turismo e atividades afins. Essa estratégia necessitará, em alguma medida, da participação das autoridades públicas, seja mediante a adoção de incentivos fiscais diferenciados regionalmente, quando necessário, seja, mais importante, através da provisão de infra-estrutura econômica e da

formação e desenvolvimento de recursos humanos na Região, enfatizando a eliminação da pobreza e a universalidade de educação média.

Ainda segundo Diniz (1998), os estados do Ceará, da Bahia e do Maranhão já apresentam alguns sinais bastante positivos em relação a sanidade fiscal isso se reflete em ações mais eficazes governamentais no tocante ao incentivo a geração de emprego na região. No período de 1990 a 2000 os estados do Ceará, Bahia e Maranhão tiveram um desempenho, em relação a empregabilidade, acima da média da região.

No Nordeste, é importante mencionar a consolidação da indústria de bens intermediários concentrada no setor químico, em particular a petroquímica da Bahia, que deslocou para a região parte significativa dessa indústria; a indústria tradicional, notadamente a de produtos alimentares (incluindo a açucareira) e a têxtil, que apresentou algumas unidades produtivas de grãos na parte ocidental da região, sobretudo no oeste baiano, e a produção agrícola irrigada, com a formação de um complexo agroindustrial no submédio São Francisco (ARAÚJO, 1994).

Como sinaliza Araújo apud Guimarães (1995), o Nordeste mudou, tornou mais diversificada a sua base produtiva, acolheu atores sociais e capitais de fora da região, criou e consolidou focos de modernização e integrou-se à dinâmica nacional. Essa realidade se reflete no tocante ao tema central abordado - o trabalho formal na década de 90, que apesar de todos os esforços não conseguiu de forma homogênea a utilização dos recursos de mão-de-obra. Isso fica evidente quando observa-se que, estados como: Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte tiveram desempenho positivo na absorção do emprego formal, acima da média da região; outros estados como: Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Paraíba e Piauí ficaram aquém da média referente ao emprego formal da região no período.

Evolução do emprego no RN entre 1990 e 2000

Durante a década de noventa e as duas décadas que a antecedeu o crescimento da economia nordestina foi mais dinâmico que o crescimento da economia brasileira apresentando significativas diferenças com relação ao desempenho dos setores produtivos em termos global e regional. Em termos intra-regional, o desempenho econômico dos estados que compõem o Nordeste também apresentou diferenças importantes. E o Rio Grande do Norte destacou-se quanto ao crescimento de seus setores econômicos (CLEMENTINO, 2003)

Durante toda a década de 90 com os esforços governamentais (federal e estadual) de implementação de uma política econômica que favorecesse o fortalecimento das atividades industriais na região Nordeste e, em especial no Rio Grande do Norte como forma de fomentar a economia local e impulsionar desencadeando uma situação de crescimento e desenvolvimento. Diante dessa realidade apresenta-se logo a seguir os dados da RAIS sobre a evolução do emprego formal no Rio Grande do Norte na década de 90.

TABELA 2 - Nº DE EMPREGADOS NO RN NA DÉCADA DE 90

RIO GRANDE DO NORTE											
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
	Freq										
EXTR MINERAL	2395	2076	1935	2322	6560	5006	7031	4568	5282	5494	4779
IND TRANSF	37155	36188	32291	29328	31515	30498	33706	35450	36407	39168	40775
SERV IND UP	4735	4770	4728	4536	5544	5541	3963	3436	3160	2831	2871
CONSTR CIVIL	7762	8154	6200	7013	9541	9721	11133	11468	14328	13998	13812
COMERCIO	20954	21062	20018	20357	26485	28625	31718	33428	34443	37690	41681
SERVICOS	50001	52990	49697	47528	41570	53428	55991	64172	64476	67100	73412
ADM PUBLICA	113048	114250	112745	117016	127006	136563	133178	110443	116523	119039	122629
AGROPECUARIA	6280	5944	5700	6567	9762	13094	9314	9412	11612	12284	15529
OUTR/IGN	16489	20927	24783	28985	18336	3509	1580	367	94	12	0
TOTAL GERAL	258819	266361	258097	263652	276319	285985	287614	272744	286325	297616	315488

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2004.

A tabela 3 apresenta os dados referentes a variação percentual do emprego formal no Rio Grande do Norte referente ao período de 1990 a 2000.

TABELA 3 – VARIAÇÃO% DO EMPREGO NO RN

RIO GRANDE DO NORTE			
SETORES DA INDÚSTRIA	1990	2000	variação %
	Freq	Freq	Freq
EXTR MINERAL	2395	4779	99,5
IND TRANSF	37155	40775	9,7
SETORES DA INDÚSTRIA	1990	2000	variação %
	Freq	Freq	Freq
CONSTR CIVIL	7762	13812	77,9
COMERCIO	20954	41681	98,9
SERVICOS	50001	73412	46,8
ADM PUBLICA	113048	122629	8,4
AGROPECUARIA	6280	15529	147,2
OUTR/IGN	16489	0	-1
TOTAL GERAL	258819	315488	21,9

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2004

A tabela 3 demonstra a evolução nos nove setores, segundo critérios da RAIS, para identificar a evolução do emprego no Estado durante a década de 90. A tabela 3 demonstra a variação percentual da situação do emprego no estado tomando como referencia os anos de 1990 e 2000 nas nove cadeias definidas para estudo na tabela 3.

Pode-se identificar que nos nove setores estudados neste trabalho, no Rio Grande do Norte, os que tiveram melhor índice de variação foram os setores das atividades ligadas a agropecuária 147,2%, seguido pelas atividades de extração mineral 99,5% , o setor do comércio com 98,9% e as atividades ligadas a construção civil teve desempenho de 77,9% no índice de empregabilidade neste período. Vale salientar que a média de empregabilidade no estado no período de 1990 a 2000 ficou em 21,9% e dos nove setores abordados neste trabalho apenas os setores de Indústria de transformação 9,7%, Administração pública 8,4% ficaram abaixo da media estadual. Os setores de serviços industriais tiveram o

pior desempenho -39,5% e o item outras atividades teve desempenho zero.

Análise setorial da emprego formal no RN

Nas atividade ligadas a **extração mineral** o índice de empregabilidade no estado durante o período analisado ficou em 99,5% muito acima da média estadual que foi no mesmo período de 21,9%. Tradicionalmente o Rio Grande do Norte sempre teve forte tendência as atividades ligadas a essa atividade devido ao seu potencial mineral como: extração de sal, extração de minérios não ferrosos, pedras e outros minerais (CLEMENTINO, 2003) sendo assim, essa atividade desde décadas passadas já tem forte tendência a empregabilidade no estado que com os a modernização e os incentivos na década de noventa quase que dobrou o número de empregos. Deve-se, no entanto, perceber que essa atividade emprega mão-de-obra de baixa qualificação.

As atividades relacionadas à **indústria de transformação** que compreende às atividades têxtil, de vestiário, artefatos entre outros houve um crescimento modesto de 9,7%, diante da média estadual de 21,9%, no mesmo período. Deve-se destacar que às atividades ligadas a esse setor, de forte tradição na indústria local, na década de noventa sofreu grandes incentivos à modernização tecnológica onde a capacidade de absorção humana cede espaço a utilização de tecnologia, refletindo uma tendência a diminuição de postos de trabalho nestas atividades, que em décadas passadas teve forte desempenho na absorção da mão-de-obra local. Na década de 90, a economia do RN absorve os primeiros impactos da opção brasileira por uma inserção passiva (BACELAR, 1997) no mercado globalizado, optando pela reestruturação da indústria têxtil e de confecções, balas e doces, bebidas, alimentos (Clementino, 2003)

Nos **serviços industriais de utilidade pública** que compreendem atividades ligadas ao setor elétrico e de comunicação houve uma drástica diminuição na oferta de empregos no início da década esse setor tinha um numero de 4735 empregos, em 2000 esse número foi reduzido para 2871 com uma variação negativa de -39,3% na oferta de empregos. Essa situação pode ser analisada partindo do ponto de que foi na década de 90 que houve a privatização da COSERN que com a inovação tecnológica diminuiu a oferta de emprego no setor elétrico no RN.

A **construção civil** que no início da década empregava 7762

pessoas, em 2000 empregava 13812 pessoas um crescimento de 77,9% na oferta de emprego no estado neste período. Vale salientar que esse desempenho foi alavancada no estado pelos incentivos ao setor do turismo que provocou uma corrida por investimentos imobiliário nas áreas de maior valorização turística principalmente na região metropolitana de Natal. Deve-se destacar que o emprego nesta atividade é de baixo valor real, pois exige mão-de-obra de baixa qualificação.

O Comércio que tradicionalmente sempre teve um bom desempenho nas atividades de absorção de emprego no estado do RN, teve durante o período pesquisado um desempenho bastante positivo, no início da década esse setor tinha 20954 empregados e em 2000 tinha 41681 demonstrando um crescimento de 98,9%.

O Setor de serviços que engloba as atividades ligadas ao turismo teve na década de 90 grandes incentivos governamentais no sentido de fomentar essa atividade e conseqüentemente absorver um contingente significativo da mão-de-obra local. Quando comparado o desempenho dessa atividade durante a década de 90, o crescimento na oferta de empregos foi de 46,9% um desempenho que comparado com outros segmentos como o comércio, a agropecuária e as atividades de extração mineral, teve um desempenho abaixo dos esforços públicos e privados nesta atividade neste período.

A administração pública, nos três níveis: federal, estadual e municipal, que tradicionalmente emprega no estado um grande contingente de pessoas, em 1990 tinha 113048 empregados e, em 2000 tinha 122629 um crescimento de apenas 8,4% na absorção de mão-de-obra local, demonstrando que setor diminuiu a oferta de empregos quando comparado com outros segmentos (agropecuária, extração mineral e comércio).

Dentro de uma perspectiva de mancha de dinamismo local (BACELAR, 1997) cabe destacar o excelente desempenho da fruticultura irrigada Açu/Mossoró que cresceu nos anos 90, comandado por grandes empresas que se especializaram na exportação de frutas (CLEMENTINO, 2003).

Neste período, década de 90, o crescimento provocou aumentos significativos na oferta de emprego. A **agropecuária** que em 1990 empregava 6280 pessoas em 2000 esse número passou para 15529 pessoas, tendo um aumento de 147,2%. Isso aconteceu devido a modernização dessas atividades. Os incentivos governamentais e o potencial do estado para as atividades da fruticultura irrigada que absorveu a mão-de-obra

local, em especial a mão-de-obra rural e ao mesmo tempo fomentando as atividades comerciais ligadas a essas atividades.

Nesta análise o setor denominado por **outros** que compreendem atividades diversas que empregam mão-de-obra no estado no início da década de 90 essas atividades empregavam 16489 pessoas, segundo dados da RAIS em 2000 esse número cai a zero. Deve-se esclarecer que as atividades denominadas de outras pela RAIS podem ter sofrido transferência de mão-de-obra para outros setores ou até mesmo mudança de nomenclatura na composição dos microdados aqui apresentados.

TABELA 4 - EMPREGO POR MESO-REGIÃO DO RN

MESO REGIÕES DO RN			
TRABALHO	1990	2000	Variação %
OESTE POTIGUAR	35585	51790	45,5
CENTRO POTIGUAR	14149	22704	60,5
AGRESTE POTIGUAR	7449	13428	80,3
LESTE POTIGUAR	201010	227566	13,2
TOTAL GERAL	258193	315488	21,9

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2004.



Mapa 1 – Meso-Regiões do RN

Fonte: IBGE, 2003

A tabela 4 demonstra o comportamento da evolução do emprego

no RN por meso-regiões que segundo o IBGE (1990) são estabelecidas com base no conceito de organização espacial. Entende-se por meso-região uma área individualizada, em uma unidade da federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e, a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial (Clemente,1994). O estado está dividido, segundo critério do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em: oeste potiguar, centro potiguar, agreste potiguar e leste potiguar.

Quando comparando o desempenho do emprego formal na década de 90 por meso-regiões no estado observa-se que o leste potiguar teve menor desempenho em índices de empregabilidade com uma variação percentual de 13,2% no período de 1990 a 2000, o oeste potiguar teve variação de 45,5% no mesmo período enquanto o centro potiguar teve desempenho de 60,5 e o agreste ficou com o maior índice de 80,3%.

Dentro de uma perspectiva intra-regional o leste potiguar que concentra a região metropolitana de Natal e, tradicionalmente é a região do estado que mais absorve a mão-de-obra local, teve na década de 90 uma variação positiva de 13,2%, tendo o menor desempenho quando comparado com as outras três meso-regiões do estado. Deve-se destacar que diante das mudanças ocorridas no pólo industrial com inovações tecnológicas que diminuiu a oferta de emprego em atividades industriais que tradicionalmente empregou em décadas passadas um grande contingente e também a baixa absorção da força de trabalho pelo estado (setor público) teve papel importante para essa realidade neste período.

Foi o agreste potiguar que teve o melhor desempenho no tocante a empregabilidade, em relação aos outras três meso-regiões do RN, com uma variação percentual de 80,3% muito acima da média do estado no mesmo período, década de 90, que foi de 21,9%.

O centro potiguar que tem como principais cidades: Açú, Macau, Afonso Bezerra e Caicó teve um desempenho de 60,5% no índice de empregabilidade na região no período de 1990 a 2000, um desempenho acima da média estadual de 21,9%

Já a meso-região do oeste potiguar que tem como principais cidades: Mossoró, Apodi e Areia Branca, tiveram um desempenho de 45,5% no índice de empregabilidade na década de 90.

Vale salientar que apesar da meso-região leste potiguar que compreende a região metropolitana de Natal ter, na década de 90, o menor desempenho na empregabilidade (13,2%) ainda é a meso-região

do estado que tem o maior contingente de empregos formais, enquanto o agreste que teve 80,3% de variação neste período tinha um contingente de 13428 empregos formais em 2000, o leste potiguar empregava um contingente de 227566.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, Rui e Silva, Pedro Luis Barros. **Desigualdades, Requesites e Desenvolvimento**. São Paulo, UNESP/FUNDAP, 1995

BACELAR, Tânia. **Por uma política nacional de desenvolvimento regional**. Fortaleza: Revista Econômica do Nordeste, v. 30, n 2, p. 144-61, abr-jun. 1999.

CAGED e RAIS. Registros Administrativos. MTB/SPES/CGETIP.

CANO, Wilson. **Desequilíbrio regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-70 – 1970-1995**. Campinas: UNICAMP. IE 1998, (30 anos de Economia – UNICAMP,2), 1994.

_____ **Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil:1970/95**

CARVALHO, J.º de – **A Economia Política do Nordeste – Brasília – Campus – ABIAI – 1988**.

CLEMENTE, Ademir, **Economia regional e urbana**. São Paulo: Atlas, 1994.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **Economia e Urbanização: O Rio Grande do Norte nos anos 70**, Natal: UFRN,1995.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. Mercado de Trabalho no Brasil. São Paulo: DIEESE, 2001.

DINIZ, Clélio Campolina. **A nova geografia econômica do Brasil: condicionantes e implicações**. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Altos Estudos, maio/2000 (XII Fórum Nacional) (mimeo).

A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas. Rio de Janeiro: IPEA, jun/95. (Texto para discussão nº 375)

GONÇALVES, Maria Flora, Brandão, Carlos Antonio e Galvão, Antonio Carlos (orgs). **Regiões e Cidades, Cidades nas regiões**. São Paulo, UNESP/ ANDOR, 2003.

GUIMARÃES NETO, L. **Introdução a formação econômica do Nordeste**, Massangana – FJN,1989.

HAGUENAUER, Lia & outros. **Evolução das Cadeias Produtivas Brasileiras**

na Década de 90. Brasília: IPEA, abril/2001. (Texto para discussão nº 786).

HOFFMANN, Helga, **Desemprego e subemprego no Brasil.** São Paulo, Ática, 1997.

MALAN, P. (1998). **As perspectivas do Real no limiar do novo século.** In: REIS VELLOSO, J. P. dos (coordenador). **O Brasil e o mundo no limiar do novo século.** Rio de Janeiro: José

Olympio Editora, p. 38-56.

MENEZES, Ana Maria Ferreira & Eliene Viana, **O Nordeste brasileiro no processo de reestruturação econômica: inclusão ou exclusão.** SBPC, Feira de Santana, 1998.

PACHECO, Carlos Américo. **A questão regional brasileira pós 1980:** Campinas: UNICAMP. IE : 1998.

POCHMANN, Márcio. **Produtividade e emprego no Brasil dos anos 90.** São Paulo, UNICAMP, 2002.

RIFHKIN, Jeremy, **O fim do emprego: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e redução da força global de trabalho** – São Paulo: Makron Books, 1995.

SABOIA, João & TOLIPAN, Ricardo M. L. **A relação anual de informações sociais (RAIS) e o mercado de trabalho formal no Brasil.** Rio de Janeiro:IEI/ UFRJ, 1985.(Texto para discussão nº 7)

EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA NOS ANOS 90: Avaliação Nordeste e RN

A situação no Nordeste dos anos 90

Segundo Bacelar (1999) nos anos 90 rompe-se o padrão dominante no Brasil das últimas décadas, quando a prioridade era dada à montagem de uma base econômica que operava essencialmente no espaço nacional e lentamente desconcentrada atividades para espaços periféricos do país. O Estado se apresentava, no Nordeste, como um dos principais agentes com políticas regionais, mas diferenciada em grau de intervenção e importância. Diante de uma nova conjuntura da política econômica adotada durante a década observa-se uma forte tendência a interrupção de desconcentração do desenvolvimento na direção das regiões menos favorecidas.

No início da década de 90 a região Nordeste se apresentava no cenário nacional como região eminentemente agropecuária (20% do total nacional) do que indústria (15%) ou terciário (12%) segundo dados da Superintendência para o desenvolvimento do Nordeste – SUDENE - de 1990. O perfil industrial do Nordeste mudou significativamente perdendo espaço na indústria de bens não-duráveis para o crescimento da indústria voltada à produção de bens intermediários.

Segundo Gonçalves (2003) o setor da indústria no Nordeste, segundo dados da SUDENE, elevou-se de 18% de 1960 a 1999. Para a autora a indústria Nordestina saiu de um patamar menos competitivo para uma situação de maior competitividade durante os anos 90. Isso reflete a tendência da indústria nacional que começou a mudar seu perfil a partir da abertura política, saindo de uma política protecionista característica até a década de 80 para uma nova conjuntura voltada à competitividade da indústria nacional em detrimento de uma política de abertura no esforço de, permitir que a indústria nacional se adeque a essa nova realidade.

Em se tratando de uma região historicamente dependente – região periférica segundo Guimarães (1997) - atrelada a políticas governamentais de incentivos, o quadro da indústria no Nordeste passa de uma situação de forte dependência, se articulando na tentativa de criar um complexo industrial capaz de se apresentar como alternativa para a integração industrial da região.

O Cenário Econômico do RN na década de 90

Já em meados da década de 80 a indústria do Rio Grande do Norte se apresentava basicamente em dois ramos: a indústria de minerais e a indústria de transformação. O parque industrial do Rio Grande do Norte passou por um processo de modernização, sem contudo alterar sua estruturas (Clementino,1995). A participação da indústria de transformação do Rio Grande do Norte, em relação à mesma categoria no Nordeste, se mantém, praticamente inalterada; contudo, para o Nordeste como um todo constata-se que houve uma modificação na estrutura industrial, com o surgimento de gêneros dinâmicos (GUIMARÃES, 1985)

Dentro das atividades industriais no Nordeste o Rio Grande do Norte até final da década de 80 se apresentava mais participativo em: gêneros vestuários, Calçados e Artefatos de Tecidos a partir da década de 90 em detrimento da política de abertura econômica o parque indústria do Rio Grande do Norte começa a se diversificar para atividades de extração mineral, indústria de alimentos e bebidas e química. (CLEMENTINO, 1995)

Deve-se entender que o estado do Rio Grande do Norte tem sua economia voltada principalmente atividades agropastoris tendo na indústria como atividades ligadas a esse fim. A partir da década de 90 com incentivos governamentais na região através da SUDENE – Superintendência para o desenvolvimento do Nordeste - procurou-se incentivar a diversificação das atividades industriais ligadas a exploração de minério, indústria química e a indústria de alimentos, essas atividades começam a despontar na composição das atividades industriais do estado fomentando esse setor.

Apresentação dos dados quantitativos do número de empregados e de estabelecimentos nos períodos de 1990, 1995 e 2000, na região Nordeste.

TABELA 5 – Nº DOS EMPREGADOS NA INDÚSTRIA - 1990

	Número de Empregados – 1990									
	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	TOTAL GERAL
EXTR. MINERAL	1.097	657	1.875	2.395	672	1.608	230	1.235	7.445	17.214
MIN NAO MET	1.582	1.592	6.296	2.505	2.857	9.094	1.409	2.125	9.224	36.684
IND METALURG	4.154	212	5.427	377	1.399	7.731	719	571	7.930	28.520
IND MECANICA	485	272	1.568	637	219	3.543	706	111	3.738	11.279
ELET E COMUN	33	30	1.378	81	457	7.343	186	89	1.614	11.211
MAT TRANSP	37	109	745	205	98	1.542	54	323	823	3.936
MAD E MOBIL	3.815	1.156	3.361	949	814	3.629	723	544	7.310	22.301
PAPEL E GRAF	2.104	801	3.715	813	1.806	9.304	608	711	7.351	27.213
BOR FUM COUR	246	538	4.939	734	3.649	4.022	1.622	4.107	6.180	26.037
IND QUIMICA	1.376	1.373	5.228	2.713	1.981	12.439	2.386	802	26.241	54.539
IND TEXTIL	783	4.296	35.008	11.744	7.880	27.570	2.993	9.922	9.870	110.066
IND CALCADOS	0	44	1.525	222	1.709	3.053	27	406	311	7.297
ALIM E BEB	5.435	3.488	25.672	16.175	17.461	120.641	47.729	5.046	22.865	264.512
SER UTIL PUB	5.254	5.560	7.718	4.735	5.685	16.055	3.657	3.342	12.976	64.982
CONSTR CIVIL	10.989	8.272	20.598	7.762	11.809	33.847	11.905	12.763	63.875	181.820
TOTAL GERAL	37.390	28.400	125.053	52.047	58.496	261.421	74.954	42.097	187.753	867.611

Fonte: Ministério do Trabalho - RAIS, 2004

A tabela 5 demonstra a situação do número de empregados nos estabelecimentos que formam o setor industrial do Nordeste, segundo os dados da RAIS de 1990, observando no início da década que dos nove Estados da Região o Rio Grande do Norte se encontrava na sexta posição em relação ao número de empregados nos estabelecimentos industriais ficando atrás, em ordem crescente: da Paraíba, Alagoas, Ceará, Bahia e Pernambuco e a frente de: Sergipe, Maranhão e Piauí.

TABELA 6 – Nº DE ESTABELECIMENTOS NA INDÚSTRIA - 1990

	Número de Estabelecimentos - 1990									
	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	TOTAL GERAL
EXTR MINERAL	16	18	67	40	29	61	13	33	151	428
MIN NAO MET	61	66	222	113	117	367	67	76	359	1.448
IND METALURG	48	45	165	25	69	232	59	56	258	957
IND MECANICA	16	9	57	19	23	122	19	12	100	377
ELET E COMUM	5	7	40	14	17	104	10	6	50	253
MAT TRANSP	5	4	25	13	6	34	4	16	37	144
MAD E MOBIL	264	82	297	115	131	405	61	85	612	2.052
PAPEL E GRAF	57	53	194	61	84	305	42	53	319	1.168
BOR FUM COUR	35	33	168	37	68	188	50	49	269	897
IND QUIMICA	49	40	172	60	62	254	38	28	295	998
IND TEXTIL	48	62	984	104	191	632	59	89	468	2.637
IND CALCADOS	0	7	109	13	51	65	7	15	73	340
ALIM E BEB	245	204	646	350	374	1.147	210	150	891	4.217
SER UTIL PUB	29	124	145	109	34	272	74	15	72	874
CONSTR CIVIL	391	306	738	359	608	1.017	245	306	1.344	5.314
TOTAL GERAL	1.269	1.060	4.029	1.432	1.864	5.205	958	989	5.298	22.104

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2004

A tabela 6 tem-se os dados da RAIS de 1990 referentes ao número de estabelecimentos industriais na região Nordeste. Dos nove Estados nordestinos o Rio Grande do Norte se encontrava no início da década na quinta posição em relação ao número de estabelecimentos perdendo para Bahia, Pernambuco, Ceará e Paraíba e a frente do Maranhão, Piauí, Sergipe e Alagoas.

TABELA 7 - Nº DE EMPREGADOS NA INDÚSTRIA - 1995

Nº de empregados – 1995										
	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	TOTAL GERAL
EXTR MINERAL	469	2071	2947	5006	795	1577	347	923	6338	20473
MIN NAO MET	1719	1382	3934	2372	2810	8021	784	1967	6368	29357
IND METALURG	3537	478	5636	261	981	5921	573	494	6612	24493
IND MECANICA	870	22	1260	397	177	1499	190	40	1046	5501
ELET E COMUN	3	31	1385	1	394	5703	47	17	780	8361
MAT TRANSP	451	143	660	136	108	1667	221	424	534	4344
MAD E MOBIL	4767	1246	3320	830	609	3023	476	744	4622	19637
PAPEL E GRAF	1399	805	3827	1102	1781	6036	1216	647	6798	23611
BOR FUM COUR	406	1260	2538	570	1395	2787	1222	456	4853	15487
IND QUIMICA	1111	927	5647	1246	1884	9781	1730	424	17650	40400
IND TEXTIL	598	4656	34574	9316	7700	18067	1613	6248	10301	93073
IND CALCADOS	5	28	6339	164	5688	1222	59	743	229	14477
ALIM E BEB	5393	3728	33361	14103	16021	85262	55454	6308	32546	252176
SER UTIL PUB	6906	3869	10099	5541	5443	15315	3448	3903	18748	73272
CONSTR CIVIL	9458	7540	31832	9721	11532	35132	5739	8779	42736	162469
TOTAL GERAL	37092	28186	147359	50766	57318	201013	73119	32117	160161	787131

Fonte: Ministério do trabalho – RAIS, 2004

A tabela 7 demonstra em dados quantitativos a posição dos nove estados que compõem a região Nordeste no que tange ao número de empregados na indústria, segundo dados da RAIS de 1995. Percebe-se nesta análise preliminar que em meados da década após a implantação do Plano Real, a posição geral do Rio Grande do Norte em relação a quantidades de pessoas empregadas na indústria, nos seus vários segmentos, não se alterou, pois no início da década o Estado se encontrava na sexta posição em relação aos outros e, em 1995 verificase que não houve deslocamento, o Rio Grande do Norte continuava na sexta. A situação continuava a mesma do início da década, o Rio Grande do Norte em sexto lugar, perdendo para Paraíba, Alagoas, Ceará, Bahia e Pernambuco e a frente do Maranhão, Sergipe e Piauí.

TABELA 8 – Nº DE ESTABELECIMENTOS NA INDÚSTRIA - 1995

	Número de Estabelecimentos – 1995									
	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	TOTAL GERAL
EXTR MINERAL	22	25	108	125	49	78	17	19	189	632
MIN NAO MET	67	56	272	119	132	350	50	80	328	1454
IND METALURG	80	69	248	49	99	281	50	63	294	1233
IND MECANICA	6	8	72	11	13	70	15	10	67	272
ELET E COMUN	2	4	34	4	18	67	5	3	32	169
MAT TRANSP	25	13	49	29	20	73	16	22	71	318
MAD E MOBIL	194	83	326	116	121	349	53	91	525	1858
PAPEL E GRAF	90	70	244	91	103	301	55	57	369	1380
BOR FUM COUR	45	45	179	50	82	182	40	36	272	931
IND QUIMICA	47	50	233	66	111	350	46	53	389	1345
IND TEXTIL	72	141	1423	187	325	675	63	116	688	3690
IND CALCADOS	3	4	85	9	60	37	5	7	41	251
ALIM E BEB	239	274	926	391	580	1498	437	333	2023	6701
SER UTIL PUB	156	14	194	160	147	122	21	77	96	987
CONSTR CIVIL	563	424	1488	635	1032	1578	355	458	2212	8745
TOTAL GERAL	1611	1280	5881	2042	2892	6011	1228	1425	7596	29966

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2004

A tabela 8 refere-se ao número de estabelecimentos nos segmentos industriais da região Nordeste em 1995, segundo dados da RAIS. Percebe-se que em relação ao número de estabelecimentos que compõem o setor industrial no Nordeste é semelhante ao que aconteceu com o número de empregados que se manteve inalterada a posição do Estado do Rio Grande do Norte em relação aos outros estados. No início da década, segundo dados da RAIS o estado se encontrava na quinta posição, dados de 1995, demonstra que Estado continua na mesma posição, não se deslocando. Em meados da década o Estado estava atrás da Paraíba, Ceará, Pernambuco e Bahia e a frente apenas do Maranhão, Sergipe, Piauí e Alagoas.

TABELA 9 - Nº DE EMPREGADOS NA INDÚSTRIA - 2000

Nº de empregados – 2000										
	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	TOTAL GERAL
EXTR MINERAL	637	1398	2714	4779	1500	1416	483	1287	5856	20070
MIN NAO MET	3048	2781	7186	4039	4085	9252	1002	2875	8892	43160
IND METALURG	4149	868	5502	571	1154	5624	531	706	6754	25859
IND MECANICA	36	103	2364	741	220	1549	196	88	2464	7761
ELET E COMUN	39	81	1321	6	430	4890	38	114	1147	8066
MAT TRANSP	403	115	1211	187	119	1259	185	279	1390	5148
MAD E MOBIL	4162	1345	4955	1057	825	3868	544	977	5249	22982
PAPEL E GRAF	1728	1018	4336	1414	2166	6032	791	718	6308	24511
BOR FUM COUR	493	672	3894	566	1377	2130	1351	437	4723	15643
IND QUIMICA	1781	1499	6162	1876	2025	11444	1662	1486	18711	46646
IND TEXTIL	532	4083	48485	17668	11597	16999	1895	5404	13496	120159
IND CALCADOS	14	51	27287	1365	8359	2007	94	765	8350	48292
ALIM E BEB	4134	4506	30900	11285	12688	64021	52824	8474	28088	216920
SER UTIL PUB	4655	3608	6472	2871	6564	13326	2797	3024	15408	58725
CONSTR CIVIL	16764	11150	27746	13812	13052	43639	10159	11031	61269	208622
TOTAL GERAL	42575	33278	180535	62237	66161	187456	74552	37665	188105	872564

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2004

Os dados apresentados na tabela 9 referem-se ao número de empregados no setor industrial da região Nordeste – Segundo dados da RAIS de 2000 – demonstrando a posição de cada Estado da Região para uma análise comparativa, percebe-se que a posição do Rio Grande do Norte no final da década continuou na sexta posição sem haver deslocamento positivo nem negativo em relação aos dados apresentados neste trabalho de 1990 e 1995. O Rio Grande do Norte continuou na sexta posição atrás da Paraíba, Alagoas, Ceará, Pernambuco e da Bahia e a frente do Maranhão, Sergipe e Piauí.

TABELA 10 – Nº DE ESTABELECIMENTOS - 2000

	Número de Estabelecimentos – 2000									
	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	T O T A L G E R A L
EXTR MINERAL	44	23	127	146	79	90	19	26	232	786
MIN NÃO MET	126	119	465	208	201	498	63	105	539	2324
IND METALURG	100	98	348	98	131	358	59	89	440	1721
IND MECANICA	11	16	123	33	30	93	20	11	138	475
ELET E COMUM	5	8	30	3	22	60	8	9	47	192
MAT TRANSP	23	13	65	23	21	56	14	17	75	307
MAD E MOBIL	262	105	494	167	140	435	68	122	634	2427
PAPEL E GRAF	122	107	377	129	145	362	79	88	506	1915
BOR FUM COUR	39	49	219	59	85	163	39	38	280	971
IND QUIMICA	104	65	321	93	136	451	66	74	517	1827
IND TEXTIL	90	227	1851	445	381	959	104	123	973	5153
IND CALCADOS	2	9	175	20	97	34	5	8	83	433
ALIM E BEB	306	418	1391	646	799	2151	603	502	2138	8954
SER UTIL PUB	170	132	92	162	125	133	82	92	245	1233
CONSTR CIVIL	875	703	2662	1439	1444	2161	585	840	3725	14434
TOTAL GERAL	2279	2092	8740	3671	3836	8004	1814	2144	10572	43152

Fonte:Ministério do Trabalho – RAIS, 2004.

Na tabela 10, têm-se os dados referentes a distribuição quantitativa do setor industrial do Nordeste, no que se refere ao número de estabelecimentos desse setor na região.. Nesta distribuição o estado do Rio Grande do Norte, comparando com dados de 1990 e 1995 fica claro que o Rio Grande do Norte continuou na quinta posição em relação aos outros Estados do Nordeste atrás da Paraíba, Pernambuco, Ceará e da Bahia e a frente do Maranhão, Sergipe, Piauí e Alagoas.

Diagnóstico Setorial

Os dados apresentados neste trabalho tem como fonte dados da RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais – referentes ao período de 1990 , 1995 e 2000 sobre a situação da evolução da indústria nos seus vários segmentos na Região Nordeste. Esta análise preliminar se baseia em dados quantitativos do início, meio e final da década de 90 dos nove Estados que compõem a região no que se refere a evolução da indústria.

TABELA 11- VARIAÇÃO % DAS CADEIAS PRODUTIVAS NO RN

	Nº de estabelecimentos			Nº de empregados - RN		
	1990	2000	variação %	1990	2000	variação %
EXTR MINERAL	40	146	265	2.395	4779	99,54
MIN NAO MET	113	208	84,07	2.505	4039	61,24
IND METALURG	25	98	292	377	571	51,46
IND MECANICA	19	33	73,68	637	741	16,33
ELET E COMUN	14	3	-78,57	81	6	-92,59
MAT TRANSP	13	23	76,92	205	187	-8,78
MAD E MOBIL	115	167	45,22	949	1057	11,38
PAPEL E GRAF	61	129	111,48	813	1414	73,92
BOR FUM COUR	37	59	59,46	734	566	-22,88
IND QUIMICA	60	93	55	2.713	1876	-30,85
IND TEXTIL	104	445	327,88	11.744	17668	50,44
IND CALCADOS	13	20	53,85	222	1365	514,86
ALIM E BEB	350	646	84,57	16.175	11285	-30,23
SER UTIL PUB	109	162	48,62	4.735	2871	-39,37
CONSTR CIVIL	359	1439	300,84	7.762	13812	77,94
TOTAL GERAL	1.432	3671	156,35	52.047	62237	19,57

Fonte:Ministério do Trabalho – RAIS, 2004

As variação percentual descrita na tabela acima se percebe que de forma geral o pólo industrial do Rio Grande do Norte no que diz respeito a oferta de emprego teve uma variação geral de 19,57% durante toda a década isso demonstra que apesar dos esforços de tornar o pólo industrial do estado mais diversificado pelas políticas de incentivos governamentais, essas tiveram um fraco desempenho em relação a oferta de empregos, quando comparado com o número de estabelecimentos no estado verifica-se que o percentual é bastante expressivo 156,35% verificando que aumentou o número de estabelecimentos nas cadeias produtivas, mas no entanto esse aumento não foi proporcional no tocante a oferta de empregos.

Na indústria de extração mineral, houve um acréscimo de 265% em relação ao número de estabelecimentos entre os anos de 1990 e 2000 e a oferta de emprego no mesmo período ficou em 99,54% percebendo-se, portanto que a relação entre número de estabelecimentos e oferta

de emprego não foi proporcional. Com base nos dados apresentados pela RAIS de 1990, 1995 e 2000, as atividades de extração mineral, que engloba a exploração do subsolo ligadas a produtos metálicos. A evolução dessa atividade no que diz respeito a quantidade de estabelecimentos e quantidade de pessoas empregadas na região Nordeste e em especial no Rio Grande do Norte que aparece no início da década, na segunda posição em relação ao número de empregados atrás apenas da Bahia mas, em quarto lugar em relação a quantidade de estabelecimentos atrás da Bahia, Ceará e Pernambuco. Em 1995 percebe-se que em relação ao número de empregados a posição continua inalterada mas, na quantidade de estabelecimentos houve um avanço o Estado do Rio Grande do Norte sai da quarta posição para a segunda passando a frente do Ceará e de Pernambuco. Essa posição de segundo lugar na exploração mineral continua igual em 1995 e, em 2000. Demonstrando que neste ramo industrial o RN que em décadas passadas já tinha uma forte participação a nível regional continuou esse bom desempenho durante a década de 90

Nas atividades de exploração de minério não-metálico (argila, calcário, granito e outros, destinados principalmente à construção civil) houve no Rio Grande do Norte um aumento de 88,07% entre 1990 e 2000 no que diz respeito ao número de estabelecimentos e o número de empregos teve aumento de 61,24%. Em relação ao Nordeste o Estado ficou em 1990 e em 1995 na quinta posição, atrás da Bahia, Pernambuco, Ceará e Paraíba, tanto em número de estabelecimentos quanto em número de empregados neste setor, em 2000 a situação do Estado melhora um pouco em relação ao número de estabelecimentos saindo da quinta para a quarta posição de 1995 para 2000.

Na indústria metalúrgica houve um aumento de 292% entre 1990 e 2000 quanto ao número de estabelecimentos nesta atividade, no entanto quando se observa o número de empregos ofertados percebe-se houve um aumento de 51,46%. dos nove Estados que compõem a região o estado do Rio Grande do Norte, durante os três períodos abordados neste trabalho (1990, 1995 e 2000), em número de estabelecimentos o Estado começou a década em último lugar, em 1995 continua nesta posição e em 2000 aparece em sétimo lugar (igual ao Piauí) a frente de Sergipe e Alagoas. Em relação ao número de empregados o Rio Grande do Norte aparece em 1990 em oitavo lugar a frente apenas do Piauí, caindo em 1995 para o nono e, em 2000 voltando a oitava posição. Demonstrando a fraca participação do Estado nesta atividade industrial na região.

As atividades da indústria mecânica enquanto que o número de

empregos no Estado aumentou 16,33% o número de estabelecimentos foi de 73,68% mostrando o fraco desempenho dessa atividade no Rio Grande do Norte. Com base nos dados pesquisados neste trabalho referentes a situação do Rio Grande do Norte em relação aos outros estados do Nordeste, durante a década de 90, no que se refere ao número de Estabelecimentos neste setor o Estado aparece em 1990 na quinta posição, em 1995 fica em sexto lugar perdendo espaço para a Paraíba e, em 2000 Estado avança para a quarta posição ganhando espaço da Paraíba e Alagoas. Em relação ao número de empregados nesta atividade em 1990 e 1995 o Estado apresentava a quinta posição e, em 2000 aparece na quinta posição ganhando espaço.

Nas atividades industriais ligadas a Eletricidade e Comunicação no Estado do Rio Grande do Norte houve um desempenho negativo tanto no número de estabelecimentos que entre 1990 e 2000 variou negativamente -78,57% e o número de empregados também variou negativamente fechando a década em -92,59%. Nesta atividade industrial pode-se identificar, segundo dados da RAIS, o fraco desempenho do Rio Grande do Norte em relação aos demais Estados do Nordeste. No tocante ao número de estabelecimentos em 1990 dos nove Estados da região o Rio Grande do Norte se encontrava na quinta posição, caindo em 1995 para a sétima e em 2000 aparece na última posição. Em relação ao número de empregados neste setor industrial dados de 1990 mostra o Estado na sétima posição caindo em 1995 e 2000 para a última colocação na região. Isso demonstra o fraco desempenho do Rio Grande do Norte nesta atividade durante toda a década de 90.

Na atividade industrial de Material de Transporte a variação do número de estabelecimentos entre 1990 e 2000 ficou em 76,92, no entanto, quando se observa a variação da oferta de empregos no mesmo período percebe-se que houve perda de postos de trabalho, variação de -8,78%. Em relação a comparação com os outros estados da Região, o estado do Rio Grande do Norte aparece em 1990 na quinta posição, em relação ao número de estabelecimentos, em 1995 e 2000 aparece em quarto lugar. Em relação ao número de empregados neste setor em 1990 o Rio Grande do Norte estava em quinto lugar, avança em 1995 para o quarto e se mantém em 2000 na mesma posição de 1995.

Nas atividades da indústria Madeira e Mobiliário o número de estabelecimentos entre 1990 e 2000 variou em 45,22% e o número de empregados nesta atividade ficou em 11,38 mostrando que esta cadeia indústria no estado ainda é bastante fraca. Durante a década de 90,

nesta atividade industrial o RN aparece em 1990 em sexto lugar, em 1995 continua na sexta posição e em 2000 avança para a quinta posição no que se refere ao número de estabelecimentos. Quanto ao número de empregados nesta atividade em 1990 e 1995 o Estado aparece na sexta posição e em 2000 na quinta posição. Observa-se que houve um modesto avanço tanto em número de estabelecimentos quanto em número de empregados neste setor.

Nas atividades industriais de Papel e Gráfica entre 1990 e 2000 houve variação de 111,48% no que diz respeito ao número de estabelecimentos e de 73,92% em relação ao número de empregados nesta atividade no Rio Grande do Norte. Comparando o estado com os outros estados do Nordeste, o Rio Grande do Norte nos períodos de 1990, 1995 e 2000 percebe-se que quanto ao número de estabelecimentos o estado se manteve na quinta posição nos três períodos pesquisados e quanto ao número de empregados houve variação em 1990 o Estado estava na sexta posição, em 1995 caiu para a sétima e em 2000 volta a sexta posição.

Nas atividades industriais de exploração de borracha, fumo e couro o Rio Grande do Norte no período de 1990 a 2000 teve variação de 59,46% no que diz respeito ao número de estabelecimentos neste ramo industrial e quanto ao número de empregados neste setor, no mesmo período, a variação foi de -22,88 demonstrando que houve perda de postos de trabalho durante a década pesquisada. Em relação ao Nordeste, o Rio Grande do Norte começa a década em sétimo lugar evoluído em 1995 para a sexta posição e em 2000 aparece na quinta posição no que se refere ao número de estabelecimentos ligados a essa atividade. Quanto ao número de empregados nesta atividade em 1990 o Estado aparecia em sétimo lugar continuando nesta posição em 1995 e aparecendo em sexto lugar em 2000.

Na exploração industrial das atividades ligadas a produtos químicos o Rio Grande do Norte de 1990 a 2000 teve uma variação de 55% no número de estabelecimentos e o número de empregados ficou em -30,85 no mesmo período, verifica-se portanto, que nesta cadeia produtiva a oferta de empregos nos estabelecimentos sofreu uma drástica perda durante a década no Estado. Em 1990 e 1995 o estado aparece em quinto lugar quanto ao número de estabelecimentos e em 2000 aparece em sexto lugar. Quanto ao número de empregados nesta atividade em 1990 o estado estava na quinta posição e em 1995 e 2000 aparece em sétimo lugar perdendo competitividade para outros Estados da região.

Tradicionalmente o Estado do Rio Grande do Norte, nesta atividade industrial têxtil, é bastante competitivo na região, ente 1990 e 2000 o número de estabelecimentos nesta atividade cresceu 327,88% e a oferta de postos de trabalho 50,44%, essa desproporcionalidade estabelecimentos e empregados aconteceu devido a modernização do setor através de inovações tecnológicas. Os dados da RAIS de 1990 e 1995 demonstram que o Estado ocupava a quinta posição quanto ao número de estabelecimentos e, ganhando espaço em 2000 para a quarta posição.. Quanto ao número de empregados neste setor, dos nove Estados do Nordeste, o Rio Grande do Norte aparece em 1990 em terceiro lugar atrás apenas do Ceará e de Pernambuco, em 1995 aparece em quarto lugar perdendo a posição para a Bahia e em 2000 retoma a terceira posição.

Na atividade da indústria de calçados observa-se que enquanto a variação do número de estabelecimentos no estado ficou em 53,85% de 1990 a 2000 o número de empregos nesta atividade cresceu 514,86% demonstrando que esse ramo de atividade passou a empregar mais mão-de-obra no estado. Em relação aos estados do Nordeste, no que diz respeito a quantidade de estabelecimentos, segundo dados da RAIS, em 1990 e 1995 o Estado estava na quinta posição perdendo espaço e aparecendo na sexta posição em 2000, em relação aos outros Estados do Nordeste. No que se refere ao número de empregados neste setor o Estado aparece na sexta posição nos três períodos abordados neste trabalho (1990 1995 e 2000).

Na atividade industrial de alimentos e bebidas, entre 1990 e 2000 houve um aumento no número de estabelecimentos da ordem de 84,57% no entanto o número de oferta de empregos nesta atividade ficou negativo em -30,23% isso se deve ao fato da substituição do trabalho humano pelo fator tecnológico durante a década. Em relação a região Nordeste, o Rio Grande do Norte aparece em quinto lugar em 1990 e, em sexto lugar em 1995 e 2000 no que se refere ao número de estabelecimentos nesta atividade. Quanto ao número de empregados nesta atividade, no Rio grande do Norte, em comparação com os outros Estados da região a posição do Estado ficou inalterada se mantendo na sexta posição.

Nas atividades industriais de serviços de utilidade pública entre 1990 e 2000 o número de estabelecimentos neste setor aumentou 48,62% e o número de empregados nesta atividade ficou em -39,37% fica evidente que houve diminuição da oferta de postos de trabalho durante a década no Rio Grande do Norte. Com base nos dados da RAIS, observa-se a evolução dos nove estados da região Nordeste nos períodos de 1990,

1995 e 2000. no que diz respeito ao número de estabelecimentos , neste período o estado do Rio Grande do Norte aparece em 1990 na quarta posição caindo em 1995 para a quinta e melhorando sua posição em 2000 quando aparece em terceiro lugar. Quanto ao número de empregados nesta atividade em 1990 o Estado estava em sétimo colocado, em 1995 em sexto e caindo para oitava posição em 2000.

Nas atividades industriais da construção civil no estado do Rio grande do Norte entre 1990 e 2000 houve uma variação positiva de 300,84% quanto ao número de estabelecimentos e quanto ao número de empregados ficou em 77,94%, fica evidente que o numero de posto de trabalho ofertados no período ficou muito abaixo da quantidade de estabelecimentos no estado, como causa dessa situação pode-se identificar o fator tecnológico que diminui a oferta de postos de trabalho que são facilmente substituídos por maquinas e equipamentos. Dos nove Estados que compõem a região Nordeste o Rio Grande do Norte aparece em 1990 na sexta posição, continuando essa colocação em 1995 e aparecendo na quinta posição em 2000. Quanto ao numero empregados em 1990 dos nove estados da região Nordeste o Rio Grande do Norte aparece em última colocação, em 1995 melhora aparecendo em quinto lugar continuando nesta posição em 2000.

REFERÊNCIAS

- AFFONSO, Rui e Silva, Pedro Luis Barros. **Desigualdades, Requesites e Desenvolvimento**. São Paulo, UNESP/FUNDAP, 1995
- BAPTISTA, Margarida A. C. **Política Industrial: uma interpretação heterodoxa**. Campinas, SP : UNICAMP. IE, 2000.
- CAGED e RAIS. Registros Administrativos. MTB/SPES/CGETIP.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-70 – 1970-1995**. Campinas: UNICAMP. IE 1998, (30 anos de Economia – UNICAMP,2), 1994.
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. **Mercado de Trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.
- DINIZ, Clélio Campolina. **A nova geografia econômica do Brasil: condicionantes e implicações**. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Altos Estudos, maio/2000 (XII Fórum Nacional) (mimeo).
- A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, jun/95. (Texto para discussão nº 375)
- FERRAZ, João Carlos. **Made in Brazil: desafios competitivos para a indústria**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- GONÇALVES, Maria Flora, Brandão, Carlos Antonio e Galvão, Antonio Carlos (orgs). **Regiões e Cidades, Cidades nas regiões**. São Paulo, UNESP/ ANDOR, 2003.
- GUIMARÃES, Eduardo Augusto. **A Experiência Recente da Política Industrial no Brasil: Uma Avaliação**. Brasília: IPEA, abril/96 (Texto para discussão nº 409)
- GUIMARÃES NETO, L. **Introdução a formação econômica do Nordeste**, Massangana – FJN, 1989.
- HAGUENAUER Lia & outros. **Evolução das Cadeias Produtivas Brasileiras na Década de 90**. Brasília: IPEA, abril/2001. (Texto para discussão nº 786).
- LYRA, Flávio Tavares. **A Política Industrial Brasileira: Mudanças e Perspectivas**. Brasília: IPEA, maio/1996. (Texto para discussão nº 413).

PACHECO, Carlos Américo. **Novos padrões de localização industrial? Tendências recentes dos indicadores da produção industrial e do investimento industrial.** Brasília: IPEA, mar/99. (Texto para discussão nº 633)

MALAN, P. (1998). **As perspectivas do Real no limiar do novo século.** In: REIS VELLOSO, J. P. dos (coordenador). **O Brasil e o mundo no limiar do novo século.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, p. 38-56.

SABOIA, João. **Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90: um enfoque regional.** Rio de Janeiro: IE/UFRJ, set/1999. (mimeo). (a)

_____. **Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90: um enfoque regional.** Rio de Janeiro: IE/UFRJ, mar/2000. (Versão Final) (mimeo)

_____. **A dinâmica da Descentralização Industrial no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ, julho/2001 (Texto para discussão nº 452).

SABOIA, João & TOLIPAN, Ricardo M. L. **A relação anual de informações sociais (RAIS) e o mercado de trabalho formal no Brasil.** Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1985.(Texto para discussão nº 7)

SABOIA, João. **A dinâmica da descentralização industrial no Brasil** Rio de Janeiro: UFRJ, 2001 (Texto para discussão nº 452)

EVOLUÇÃO DO EMPREGO NA AGRICULTURA NO BRASIL COM ÊNFOQUE NO NORDESTE E NO GRANDE DO NORTE NOS ANOS 90

Evolução da agricultura no Brasil

O processo histórico da passagem da agricultura brasileira do Complexo rural para uma dinâmica comandada pelos complexos agroindustriais – o elemento fundamental desse processo histórico é o desenvolvimento do mercado interno no capitalismo.

A divisão e diversificação do processo industrial na agricultura formando ramos industriais. A própria agricultura se transforma em indústria (produção de mercadorias).

Para Lênin (1974) os mercados vão sendo criados à medida que o próprio capitalismo se desenvolve pela ampliação da divisão social do trabalho na sociedade ganhando, nesse processo, importância o consumo dos bens intermediários necessários à expansão da própria produção capitalista.

Como colocar a questão do desenvolvimento do capital no campo dentro desse contexto? Que transformações ocorrem na agricultura no modo capitalista de produção?

Aprofundamento da divisão social do trabalho, o autor faz uma abordagem a óptica marxista. O desenvolvimento do mercado interno no capitalismo destrói num primeiro momento a harmonia entre homem-natureza, mas recria agora baseada no conhecimento e controle da natureza – Industrialização da agricultura.

Segundo Graziano (1981) a separação cidade/campo só ocorre por inteiro quando a indústria se muda para a cidade. A modernização desencadeou a industrialização da agricultura. “A produção agropecuária deixa, assim, de ser uma esperança ao sabor das forças da natureza para

se converter numa certeza sob o comando do capital”. A agricultura torna-se um setor subordinado ao capital.

Desde o século XIX a dinâmica do complexo rural era determinada pelas flutuações do comércio exterior. A substituição do complexo rural pelo novo complexo cafeeiro paulista significaram o desenvolvimento do mercado de trabalho e a constituição do mercado interno.

O complexo rural era caracterizado por uma situação incipiente na divisão do trabalho. Para produzir um produto, tinha-se que produzir todos os bens intermediários e os meios de produção necessários. A dinâmica do complexo rural era muito simples. O complexo rural internalizava nas fazendas um “departamento” de meios de produção. O passo fundamental que desencadeou a crise do complexo rural foi a transição para o trabalho livre.. A agricultura brasileira se resumia a cultura do café.

Em São Paulo a partir de 1870, encontra-se um novo regime de trabalho – o colonato. Wilson Cano chama de complexo cafeeiro paulista, Esse complexo criou um amplo mercado para bens salários permitindo a ampliação da divisão social do trabalho, mas a divisão do trabalho era ainda muito insipiente (especialização). Esse complexo criou uma importante demanda urbana a partir das necessidades comerciais que essa atividade possibilitou. Os elementos dinâmicos, os agentes causais, foram as mudanças operadas no seio do complexo cafeeiro, que deram origem à industrialização brasileira.

A divisão regional do trabalho implica a definição de uma “periferia” que não conseguiu desenvolver-se ao nível do complexo cafeeiro paulista devido a sua problemática histórica de industrialização. O período de 1850/90 caracterizou-se pela redução do trabalho escravo e introdução do trabalho livre nas fazendas de café do Oeste paulista (Coloros). De 1890 a 1930 tem-se o auge do complexo cafeeiro, consolidação da indústria têxtil como a 1ª grande indústria nacional. O complexo cafeeiro abriu espaço para a industrialização e essa ganha dinamismo próprio pelas novas possibilidades que se abriram com a substituição das importações. Daí a agricultura brasileira inicia sua própria industrialização.

Entre 1850 e 1889 as exportações brasileiras cresceram 440% e o crescimento demográfico no mesmo período foi 86% (Paim, 1957, p. 43), neste instante tem-se: Formação de estabelecimentos industriais; Desenvolvimento do mercado interno; Especialização das fazendas produtoras para exportação e a Substituição do trabalho escravo por colonos

Aprofunda-se a divisão social do trabalho, com a separação campo cidade e agricultura-indústria. A economia brasileira estava intimamente ligada a expansão agrícola. Após a crise de 1929 aconteceram as mais importantes modificações nas tendências e estruturas da produção agrícola no Brasil. Em 1939 o valor da produção industrial já havia ultrapassado a produção agrícola neste momento a importância do complexo cafeeiro começa a declinar, ganha importância o algodão.

Entre 1930 e 1950 a área de lavoura aumentou 6356 mil hectares no Brasil. O Paraná em 1950 participava com 7,1% da área de lavoura passando para 12% em 1960 e 13,9% em 1970 caracterizando a expansão das fronteiras agrícolas. Neste período houve a diversificação dos produtos – ênfase sai do mercado externo para o interno. Até 1960 quase 70% do pessoal ocupado na agricultura ainda eram formas tradicionais. A partir do pós-guerra a ação estatal se intensifica na agricultura. Tem-se portanto a modernização da agricultura, caracterizada por: Transformações capitalistas na base técnica da produção; Passagem de uma agricultura “natural” para uma que utiliza insumos fabricados industrialmente.

A partir de 1960 o processo de produção agrícola se torna mais complexo. A partir de 1965 a industrialização no campo deslança. De 1965/85 observa-se a reorganização da agricultura a partir da intervenção do Estado. A dinâmica da agricultura estará determinada pelo padrão de acumulação industrial. Surge um novo padrão agrícola orientado fundamentalmente para a integração vertical.

Sorg (1980: 69) “A expansão da fronteira passa a se integrar de forma crescente com a expansão do complexo agroindustrial” Gerald Muller explica que a década de 60 é o marco de um novo padrão agrícola, é a constituição do complexo agroindustrial (CAI). A partir de 1964, período da industrialização expandida, acontece dois fatores importantes: Diversificação das exportações; Substituição localizada das importações de matérias-primas estratégicas, além da crise do petróleo 1973 provocando “a produção do álcool combustível”. Esse novo enfoque surge a partir de duas Ideias Fundamentais: A Produção agrícola passa a ser um elo de uma cadeia, negando as condições do complexo rural fechado e a constituição dos CAIs só se pôde efetivar a partir de implementação da “indústria para a agricultura”

Na década de 70 existe uma dinâmica conjunta da indústria para a agricultura – agricultura – indústria sofrendo influência direta do poder do capital e da regulação macroeconômica. Guilherme Delgado aponta os aspectos mais importantes para o capital financeiro na agricultura –

Em 1965 acontece a instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR que se torna a ruptura com o antigo modelo de desenvolvimento e a implantação de um novo modelo agrícola. O SNCR se torna o principal veículo do projeto modernizador para a agricultura. “integração de capitais” com objetivo da busca da taxa média de lucro do conglomerado. “Teorização da burguesia” processo de especulação através do domínio da terra, caracteriza-se por: grandes empresas latifundiárias e que essas grandes empresas também atuam em outros setores da economia. A propriedade fundiária passa a ser ativo especulativo de grupos empresariais.

O ponto fundamental que qualifica a existência de um complexo é o elevado grau das relações interindustriais dos ramos ou setores que o compõem. A partir de 1950 a agroindústria toma rumos dependendo do setor industrial de máquinas e equipamentos. O Estado brasileiro também passa a ter interesses agrários, industriais e financeiros. Criação do Fundo Geral para a Indústria e Agricultura – FUNAGRI em 1965 – é o marco de um novo paradigma estatal para a agricultura.

Há uma nova dinâmica porque há um novo padrão agrícola, cuja estrutura produtiva e cujas articulações e integração com a economia global se fortalecem. O desenvolvimento agrícola passa a depender da indústria. Na industrialização da agricultura o trabalho deixa de ser agente ativo para se tornar um apêndice das máquinas. A industrialização da agricultura pertence a criação de um verdadeiro proletariado rural – passagem da subordinação direta para a subordinação indireta do trabalhador. Como exemplo desse novo modelo agroindustrial completo pode-se destacar: avicultura, açúcar e álcool.

Aponta-se aqui o surgimento da agroindústria processadora a partir de duas situações: Integração vertical – a indústria produz e controla sua própria matéria prima a partir do controle na agricultura e A situação de fornecimento de matéria-prima por produtores contratados.

No que diz respeito a distribuição da Renda, preço dos alimentos e padrão de desenvolvimento agrícola. Graziano levanta a questão da fome no Brasil sustentado em três aspectos a consideram : 1º falta de produção agrícola, 2º nos anos 60 e 70 intermediação, distribuição e comercialização e 3º falta do poder aquisitivo dos salários.

Do Brasil colônia até a Segunda Guerra Mundial, a causa básica da fome no Brasil estava ligada à questão da insuficiência da oferta agrícola. Havendo preços altos no mercado externo faltava no mercado interno brasileiro. As culturas secundárias (de subsistências) aconteciam

em torno das culturas principais até 1960. Surgem as CEASAs. Hoje o abastecimento e a oferta de produtos agrícolas são feitos pelos supermercados e hipermercados. Até final da década de 70, o peso da intermediação comercial foi um importante fator de encarecimento relativo dos produtos agrícolas alimentares. A partir dos anos 80 surge a 3ª razão – perda do poder aquisitivo dos salários. Para Peliano (1993), a fome no Brasil não se explica pela falta de alimentos. Segundo o Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada – IPEA, o problema da fome no Brasil se acentua devido a fatores geográficos pois os famintos estão no Norte-Nordeste, Segundo o IPEA há dois caminhos para se resolver o problema da fome: Diminuir o preço dos produtos e/ou aumentar a renda.

NO tocante a distribuição da renda e o padrão do desenvolvimento agrícola, Homem de Melo faz a análise da distribuição de renda a partir dos seguintes fatores: 1º Status Quo – padrão de baixo crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) entre 4% e 5%; 2º Milagre econômico – crescimento do PIB na ordem de 7% e 3º Social – crescimento do PIB na ordem de 6,5%.

Da distribuição da renda e preço dos alimentos

O problema nutricional da nossa população é mais calórica que protéica resultante da aquisição insuficiente de alimentos e não da escolha inadequada dos mesmos. O problema é mais quantitativo que qualitativo. O que se tem é baixa renda se houvesse uma melhor distribuição de renda essa situação se reverteria. A cesta básica do brasileiro incorporou alimentos industrializados. O item alimentação ultrapassou 50% do orçamento familiar até 1941 (Tasco: 1991) menos de 25% nos anos 80. Apesar dos salários defasados os alimentos hoje custam bem menos consequência da produção voltada para o mercado interno e da industrialização da agricultura.

Segundo dados do Censo de 1990, elaborado pelo IBGE, num total de 371 milhões de hectares de terras privadas, apenas 52 milhões são efetivamente cultivadas. A posse concentrada indica a existência de 1% dos proprietários, detendo 44% da área total. Entretanto 53% de pequenos proprietários, minifundiários, detém 2,6% da área. A proporção se inverte quanto ao uso das propriedades. Em 1996 dos 46 maiores grupos econômicos controlam, sozinhos, uma área de 22.100.000 hectares. Desse total, somente 3.700.000 hectares, correspondendo a 16,7% da área, são realmente cultivados, empregando apenas 63.500 trabalhadores rurais.

(Gadelha, 1997). Isso demonstra que o domínio latifundiário no Brasil associado a inserção da tecnologia no campo vêm diminuindo ao longo das décadas a oferta de postos de trabalho.

A agricultura no Nordeste

Na maior parte das regiões de pequena renda do mundo, a agricultura é dominada pela unidade agrícola familiar ou camponesa. São essas pequenas unidades domésticas que tomam a maioria das decisões administrativas e controlam a maior parte da oferta de mão-de-obra rural, bem como boa parte do capital (Mellor, 1967). Essa realidade não é diferente quando analisa-se a agropecuária no nordeste e no Rio Grande do Norte, no entanto a inserção de grandes grupos empresariais que se instalaram na região e, dominam a maioria da produção agrícola tem mudado o cenário da produção agrícola na região.

As atividades econômicas ligadas a agropecuária avançaram significativamente no Nordeste dos anos 90. A agroindústria ligada as atividades da agricultura irrigada avançou principalmente no vale do São Francisco e no Vale do Açúcar no Rio Grande do Norte.

O complexo agroindustrial de Petrolina/Juazeiro foi criado e intensificou-se com incentivos governamentais abrindo precedentes para a implementação de indústrias de ramos variados: processamento de alimentos, bens de capital, embalagens, equipamentos para irrigação, material de construção, fertilizantes e rações (Lima e Kartz, 1993) e Bacelar (1995) durante a efetivação deste complexo agroindustrial foram incorporados a agricultura 56 mil hectares, enquanto o setor industrial gerava cerca de 27 mil empregos (GALVO, 1990).

Outra ação importante na agroindústria no Nordeste é o que acontece na região do oeste da Bahia que a partir dos anos 80 passa a se destacar na produção de soja tendo como apoio os incentivos governamentais; O estado do Piauí e Maranhão vêm se destacando na produção de grãos. Essas atividades são pontos de intenso dinamismo econômico implantados no território nordestino. As potencialidades agrícolas e minerais aí se revelam com grande evidência, constituindo um

Nordeste que não existia poucas décadas. (BACELAR, 1995).

Com os incentivos governamentais implementados na região, o Nordeste durante os anos 90 teve um desempenho bastante significativos no tocante a empregabilidade no campo, mas ainda muito concentrado nas regiões de investimentos ligados a agroindústria, no entanto deve-se alertar aqui se o emprego ofertado no campo conseguiu melhorar a condição de renda das famílias e ao mesmo tempo diminuir o êxodo rural e melhorar a qualidade de vida? No Nordeste o que se observa é a forte concentração de renda A dominação latifundiária de grandes grupos empresariais e a falta de incentivos governamentais as atividades ligadas a agricultura familiar.

TABELA 12 - Nº DE EMPREGADOS NA REGIÃO

NORDESTE			
	1990	2000	VARIAÇÃO %
MA	230436	284793	23,6
PI	173386	205729	18,7
CE	537910	691093	28,5
RN	258819	315488	21,9
PB	289295	339135	17,2
PE	816671	883032	8,1
AL	259120	272183	5
SE	182532	206054	12,9
BA	922688	1177343	27,6
TOTAL GERAL	3670857	4374850	19,2

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2004

A tabela 12 demonstra, segundo dados do emprego formal fornecido pelo ministério do trabalho, a situação, em dados numéricos, do emprego na região Nordeste na década de 90. Nesta análise preliminar tomou-se como base os anos de 1990 e 2000 como parâmetro para identificar a evolução do emprego nos nove estados que formam a região. Usando esses dados foi feito um levantamento observando o comportamento da evolução do emprego nos estados através de parâmetros de variação no período estudado.

**TABELA 13 – Nº DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGO
NO NORDESTE**

NORDESTE – EMPREGO				
SETORES DA INDÚSTRIA	1990	1995	2000	variação %
	Freq	Freq	Freq	Freq.
INDUSTRIA	685791	624662	663942	-3,18
COMERCIO	415100	464696	628678	61,1
SERVICOS	2152313	2364241	2703457	25,6
AGROPECUARIA	55420	168715	169994	206,7
TOTAL GERAL	3308624	3622314	4166071	25,9

NORDESTE – EMPREGO				
SETORES DA INDÚSTRIA	1990	1995	2000	variação %
	Freq	Freq	Freq	Freq.
INDUSTRIA	685791	624662	663942	-3,18
COMERCIO	415100	464696	628678	61,1
SERVICOS	2152313	2364241	2703457	25,6
AGROPECUARIA	55420	168715	169994	206,7
TOTAL GERAL	3308624	3622314	4166071	25,9

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2004

A tabela 13 demonstra a evolução do número de empregos e número de estabelecimentos na região Nordeste nos períodos de 1990, 1995 e 2000, com base nos dados da RAIS. Como parâmetro para identificar o comportamento da evolução do setor agropecuário na região em relação a outros setores.

Quanto ao número de estabelecimentos no setor agrícola no período de 1990/2000 houve um aumento significativo, enquanto a média da região foi de 124,1%, o número de estabelecimentos aumentou 696,8% mostrando a tendência de crescimento bem superior aos outros setores da economia da região. No tocante ao número de empregos o aumento no setor agrícola foi significativo, mas não foi similar ao crescimento verificado ao número de estabelecimentos, enquanto a média da região foi de 25,9%, no período, o aumento na oferta de emprego na região foi de 206,7%

TABELA 14 – Nº DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGO NO RN

Nº DE ESTABELECIMENTOS – RN					Nº DE EMPREGOS RN				
SETORES DA INDÚSTRIA	1990	1995	2000	Variação %	SETORES DA INDÚSTRIA	1990	1995	2000	Variação %
	Freq	Freq	Freq	Freq.		Freq	Freq	Freq	Freq.
INDUSTRIA	1073	1407	2232	108	INDUSTRIA	44285	41045	48425	9,3
CONSTR CIVIL	359	635	1439	300,8	CONSTR CIVIL	7762	9721	13812	77,9
COMERCIO	3155	5304	8292	162,8	COMERCIO	20954	28625	41681	98,9
SERVICOS	2495	4178	6824	173,5	SERVICOS	163049	189991	196041	20,2
AGROPECUARIA	110	345	670	509,1	AGROPECUARIA	6280	13094	15529	147,3
OUTR/IGN	646	542	0	-100	OUTR/IGN	16489	3509	0	-100
TOTAL GERAL	7838	12411	19457	148,2	TOTAL GERAL	258819	285985	315488	21,9

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2004

A tabela 14 demonstra a evolução do número de estabelecimentos e números de empregos formais no Rio Grande do Norte no período de 1990/2000. Quanto ao número de estabelecimentos enquanto a média do estado foi de 148,2 % o setor agropecuária cresceu 509,1% um desempenho muito superior aos outros setores da economia do estado.

Quanto ao número de empregos ofertados no setor agropecuária a média do estado em todos os setores foi de 21,9% e o desempenho na agropecuária foi de 147,3%. Deve-se observar que a relação entre o número de estabelecimentos abertos no período e o número de postos de trabalho criados não seguem o mesmo nível de crescimento.

TABELA 15 - EMPREGO POR MESOREGIÕES DO RN

Mesoregiões	1990	2000	Variação %
OESTE POTIGUAR	35585	51790	45,5
CENTRO POTIGUAR	14149	22704	60,5
AGRESTE POTIGUAR	7449	13428	80,3
LESTE POTIGUAR	201010	227566	13,2
TOTAL GERAL	258193	315488	21,9
Varição % NA AGROINDUSTRIA			147,2

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2004

Quando se observa o desempenho do emprego por mesorregião do estado percebe-se, conforme a tabela 15, que enquanto o nível de crescimento na oferta de emprego no estado foi de 21,9% na agropecuária esse crescimento foi de 147,3%.

Observando as mesorregiões do estado, mesorregião centro potiguar que compreende municípios de Macau, Angicos, Santana, Caicó, Acari e curais Novos e a mesorregião oeste potiguar que compreende os municípios de Mossoró, Apodi, Açu, São Miguel, Pau dos Ferros e Umarizal tiveram desempenho na oferta de emprego acima da média do estado que foi de 21,9% e, muito acima da média da região metropolitana de Natal que compreende a mesorregião do leste potiguar onde esta concentrada as principais atividades administrativas do governo a nível federal, estadual e do próprio município de Natal que é sede do estado.

Percebe-se, portanto que as mesorregiões do interior do estado onde esta concentrado as atividades agropecuárias e de exploração mineral, a oferta de postos de trabalho no período pesquisado foi bastante significativo graças a atividades ligadas a agricultura irrigada, no entanto deve-se também identificar se esses postos de trabalho conseguiu melhoria na renda familiar e na qualidade de vida dessas mesorregiões?

Para Bacelar apud Clementino (2003), dentro de uma perspectiva de “mancha de dinamismo local”, cabe destacar o excelente desempenho da fruticultura irrigada Açu/Mossoró que cresceu nos anos 90, comandado por grandes empresas que se especializaram na exportação de frutas .

Na década de 90, o crescimento da fruticultura irrigada provocou aumentos significativos na oferta de emprego, no entanto quando comparada com setores tradicionais da indústria como o setor têxtil, essa evolução não provocou mudanças significativas para o segmento da agropecuária.

A agropecuária que em 1990 empregava 6.280 pessoas, em 2000 esse número passa para 15.529; um aumento, no período, de 147,2%. Isso aconteceu devido a modernização das atividades no setor . Os incentivos governamentais e o potencial do Estado para as atividades da fruticultura irrigada que absorveu a mão-de-obra local, em especial a mão-de-obra rural e ao mesmo tempo fomentando as atividades comerciais ligadas a essas atividades.

A realidade agrícola brasileira e, em especial a nordestina instiga muitas indagações a cerca das políticas governamentais que permite questionar algumas situações ligadas aos salários pagos na agroindústria e o conseqüente baixo nível de renda nestas atividades, como também, a falta de incentivos governamentais às atividades agropecuárias familiar que tem um contingente enorme de mão-de-obra no campo.

REFERÊNCIAS

BACELAR, Tânia. **Por uma política nacional de desenvolvimento regional.** Fortaleza: Revista Econômica do Nordeste, v. 30, n 2, p. 144-61, abr-jun. 1999.

GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. **O problema agrário no Brasil: evolução e atualidade.** São Paulo: Pesquisa & Debate, v. 8 n. 1(10) p. 87-125, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** 2. ed. Campinas: UNICAMP. IE, 1998.

JOHNSTON, B. MELLOR, John W. **The role of agriculture in economic development. The American Economic Review, Stanford, Califórnia.** V. LI, n 1, jun. 1961.

MELLOR, John W. **Contribuição para uma teoria do desenvolvimento agrícola.** Extraído de Herman M. Southworth e Bruce F. Johnston (eds). **Agricultura2l development and economic growth.** Cornell Univerty Press. Ithaca, N. Y, 1967, p. 21-60. Tradução de Ana Maria Bianchini.

POCHMANN, Márcio. **Produtividade e emprego no Brasil dos anos 90.** São Paulo, UNICAMP, 2002.

SABOIA, João & TOLIPAN, Ricardo M. L. **A relação anual de informações sociais (RAIS) e o mercado de trabalho formal no Brasil.** Rio de Janeiro:IEI/ UFRJ, 1985.(Texto para discussão nº 7)

CONSIDERAÇÕES

No Nordeste, alguns estudos já identificaram a vantagem competitiva regional na transformação produtiva da estrutura econômica existente, baseada na reestruturação e modernização de complexos industriais especializados, “*agribusiness*”; bem como na expansão do turismo e atividades afins.

Para essa reestruturação se faz necessárias estratégias da iniciativa públicas, tais como: adoção de incentivos fiscais diferenciados regionalmente, quando necessário; provisão de infra-estrutura econômica e formação e desenvolvimento de recursos humanos na Região, enfatizando a eliminação da pobreza e a universalidade da educação média (HADAD, 1996).

Guimarães Neto apud Pacheco (1998), diz que as mudanças qualitativas nos vínculos da periferia com o Sul/Sudeste podem ser resumidas na afirmativa de que se passou de um momento caracterizado pela articulação comercial entre o Nordeste e as regiões mais industrializadas do Brasil, para um período de integração produtiva, no qual os vínculos mais característicos passam a ser os estabelecidos a partir da transferência do capital produtivo, de uma para outra região. Essa abordagem ganha consistência quando se verifica o esforço de tornar a região Nordeste, mais competitiva.

Com a abertura comercial e os esforços para tornar o Brasil mais competitivo durante a década de 90 provocou o agravamento da crise no emprego formal que já vinha se estendendo desde a década de 80.

A prioridade não era mais a simples acumulação de capital, mas a busca da eficiência, com o mercado, substituindo o Estado na definição da alocação de recursos. Dessa maneira, o novo modelo de desenvolvimento caracteriza-se por uma economia mais aberta, com maior integração com o resto do mundo, não apenas no que tange aos fluxos comerciais, como também ao investimento direto estrangeiro.

No entanto, na região Nordeste, o emprego formal sofreu também com a crise que se abateu em todo o país durante a década, contudo quando analisando o desempenho do emprego formal inter-regional,

verifica-se que dos nove estados que compõe a região Nordeste, o estado do Rio Grande do Norte teve um desempenho acima da média.

Com base nos dados do MTE/RAIS (2003) sobre o número de estabelecimentos e de emprego na indústria nos períodos de 1990 a 2000, na região Nordeste e, em especial no RN, na tentativa de demonstrar o comportamento do emprego formal nesse setor durante a década de 90.

Em se tratando do setor industrial verifica-se, preliminarmente, que durante a década de 90 a política econômica voltada à integração regional buscava a diversificação e o avanço industrial no Rio Grande do Norte. Segundo os dados do IBGE e RAIS esse resultados não foram tão significativos, pois o Estado que, em décadas passadas, tinha seu complexo industrial baseado em atividades de bens intermediários, mineral e têxtil, continua com o mesmo perfil setorial não conseguindo avanços significativos em outros ramos industriais.

Quando se observa o desempenho em relação aos outros estados da região, percebe-se que o número de estabelecimentos no estado de 1990 e 2000 teve aumento de 156,57% e que a oferta de postos de trabalho no mesmo período cresceu apenas 19,57%. Com base nessa realidade o aumento da produtividade diante do pouco crescimento econômico produziu queda significativa no nível de emprego formal.

Na tentativa de diversificar o pólo industrial da região Nordeste no início dos anos 90, cuja política industrial de abertura econômica estimulava a industrialização da região, fomentando o surgimento de um complexo de *produção flexível*, impulsionando os segmentos de alta tecnologia nas indústrias, cujas competências técnico-profissionais tradicionais são fortemente redinamizadas na perspectiva de estimular o crescimento do setor (ASHAMIN, 1990).

Partindo da concepção defendida por Ashamin (1990) de que “As economias regionais e locais devem ser redirecionadas para uma perspectiva global”, constata-se que durante a década de 90, na região Nordeste, foram implementados esforços na tentativa de fortalecer as atividades industriais, tais como: a têxtil, extração mineral, alimentos e bebidas e, ao mesmo tempo, diversificar o setor, incentivando as atividades que compõe o pólo para estimular o desenvolvimento regional.

Com base nos dados da MTE/RAIS de 1990, 1995 e 2000 demonstrados, percebe-se que apesar dos esforços de diversificação e investimentos da atividade industrial na região Nordeste, em relação ao número de estabelecimentos e de pessoas empregadas nas quinze cadeias que compõe o pólo industrial na região durante a década de 90, observa-

se um modesto avanço em relação ao número de estabelecimentos e de pessoas empregadas nas atividades do setor.

No caso do Rio Grande do Norte, nos três períodos pesquisados, o Estado, que tinha no início da década, uma concentração de atividades baseadas principalmente nas indústrias de mineração e de transformação (principalmente a têxtil). Enfatiza-se que, no início da década de 90 o RN ocupava a 5ª posição no setor industrial da região Nordeste, situação que continuou inalterada durante os anos 90.

Dentro da lógica da política de competitividade industrial, tanto a indústria do Rio Grande do Norte como de toda a região Nordeste, submetida e comprometida a essa concepção global, se fortaleceu, no entanto, abriu lacunas sem precedentes na utilização dos recursos humanos nos vários segmentos industriais. Deve-se enfatizar que a baixa qualificação e a real necessidade de empregos por parte da população economicamente ativa no Estado e em toda a Região teve baixo desempenho agregado. Ressalta-se ainda, que apesar dos esforços de promover o desempenho do setor no RN, a lógica da competitividade industrial global de preponderância dos Estados mais fortes da Região prevaleceu.

GLOSSÁRIO

TERMOS TÉCNICOS UTILIZADOS

DESEMPREGADOS: são indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança. Essas pessoas são desagregadas em três tipos de desemprego, segundo o DIEESE.

a) Desemprego aberto: pessoas que procuram trabalho de maneira efetiva nos trinta dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum tipo de atividade nos sete últimos dias.

b) Desemprego oculto pelo trabalho precário: pessoas que, para sobreviver, exerceram algum trabalho remunerado de auto ocupação, de forma descontínua e irregular, ou não remunerado em negócios de parentes e, além disso, tomaram providências concretas, nos trinta dias anteriores ao da entrevista ou até doze meses atrás, para conseguir um trabalho diferente deste.

c) Desemprego oculto pelo desalento e outros: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos trinta dias, por desestímulo do mercado ou por circunstâncias fortuitas

d) Desemprego Involuntário: ocorre quando o indivíduo deseja trabalhar à taxa de salários vigentes no sistema econômico, mas não consegue ocupação. É também denominado desemprego cíclico ou desemprego conjuntural.

e) DESEMPREGO ESTRUTURAL: acontece quando o padrão de desenvolvimento econômico adotado exclui uma parcela dos trabalhadores do mercado de trabalho. Denomina-se também desemprego tecnológico e ocorre devido ao desequilíbrio entre oferta e a demanda por mão-de-obra de determinada qualificação.

f) Desemprego Friccional: surge em decorrência do processo dinâmico que caracteriza o mercado de trabalho, no qual o sistema de informações sobre a oferta de vagas disponíveis no sistema produtivo é imperfeito. Existe um lapso de tempo entre a saída do indivíduo de um emprego e a obtenção de uma nova ocupação de acordo com suas características. Nesse ínterim, ele é classificado como desempregado.

g) Desemprego Sazonal: ocorre devido a sazonalidade de determinados tipos de atividades econômicas. Como é possível prever esse tipo de flutuações, pode-se atribuir uma dose de voluntariedade dos indivíduos engajados em ocupações dessa natureza.

JORNADA DE TRABALHO: Tempo médio de trabalho semanal, incluindo as horas normais e extras.

MERCADO FORMAL DE TRABALHO: contempla as relações contratuais de trabalho, em grande parte determinadas pelas forças de mercado, ao mesmo tempo em que são objetos de legislação específica que as regula. (Manual de economia – USP, 1998).

MERCADO INFORMAL DE TRABALHO: é o mercado em que prevalecem regras de funcionamento com o mínimo de interferência governamental.

OCUPADOS: são os indivíduos que possuem trabalho remunerado exercido regularmente ou possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, mas não estão procurando outro trabalho, ou possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie/benefício, sem procura de trabalho. Excluem-se as pessoas que nos últimos sete dias realizaram algum trabalho de forma excepcional.

PER CAPTA: literalmente significa “por cabeça”. É utilizado quando queremos expressar valores médios de uma determinada grandeza, ou seja, a quantidade dela que, em média, corresponde a cada habitante de um país, região etc.

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA): é a parcela da PEA que esta ocupada ou desempregada.

TAXA DE EMPREGO: É a relação entre o número de empregados e o total da força de trabalho.

TAXA DE DESEMPREGO: É a relação entre o número de desempregados e o total da força de trabalho.

EVOLUÇÃO DAS INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS DE INCENTIVO AO EMPREGO FORMAL A PARTIR DA CONTITUIÇÃO DE 1988

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT

O Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, regulamentado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990, é um fundo contábil de natureza financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, ao pagamento do Abono Salarial e ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico. Portanto, o eixo de financiamento e articulação das políticas e programas de emprego e renda é o FAT.

O Fundo integra o Orçamento da Seguridade Social e tem seus programas de trabalho desenvolvidos pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE do MTE.

A principal fonte de recursos do FAT é composta pelas contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, criado por meio da Lei Complementar nº 07, de 07 de setembro de 1970 e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, instituído pela Lei Complementar nº 08, de 03 de dezembro de 1970.

Através da Lei Complementar nº 19, de 25 de junho de 1974, as arrecadações relativas aos referidos Programas passaram a figurar como fonte de recursos. A partir da Lei Complementar nº 26 de 11 de setembro de 1975 estes Programas foram unificados sob a denominação Fundo PIS-PASEP.

Posteriormente, com a promulgação da Constituição Federal, em 05 de outubro de 1988, nos termos do que determina o seu art. nº 239, alterou-se a destinação dos recursos provenientes da arrecadação das contribuições para o PIS e para o PASEP, que deixaram de ser direcionados a este Fundo, passando a ser alocados ao FAT. Direcionados ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e, pelo menos quarenta por cento, ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico para a geração de emprego e renda.

O FAT é gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, composto por doze membros e respectivos suplentes, cujas competências, entre outras, incluem:

- Aprovar e acompanhar a execução do Plano de Trabalho Anual

do Programa Seguro- Desemprego e do Abono Salarial;

- Deliberar sobre a prestação de contas e os relatórios de execução orçamentária e financeira do FAT;

- Propor o aperfeiçoamento da legislação relativa ao Seguro-Desemprego e ao Abono Salarial e regulamentar os dispositivos das leis vigentes no âmbito de sua competência;

- Fiscalizar a administração do Fundo podendo solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

- Propor alteração das alíquotas referentes às contribuições a que alude o art. 239 da Constituição Federal, com vistas a assegurar a viabilidade econômico-financeira do FAT. Define-se como prioritárias para a gestão do FAT as áreas de Proteção e Benefícios ao Trabalhador, de Empregabilidade e de Fomento ao Trabalho.

Origens dos recursos do FAT

Fontes de recursos do FAT:

- O produto da arrecadação das contribuições devidas ao PIS/Pasep;
- O produto dos encargos devidos pelos contribuintes, em decorrência da inobservância de suas obrigações;
- As remunerações dos empréstimos devidos pelos agentes aplicadores dos Recursos do FAT; bem como pelos agentes pagadores dos benefícios, incidentes sobre os saldos dos repasses recebidos;
- A incorporação do superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial, referente ao saldo de exercícios anteriores.

Os fluxos de saídas de recursos do FAT são:

- Transferências ao BNDES (40% da arrecadação das contribuições são destinadas para o PIS/PASEP);
- Pagamento de seguro-desemprego;
- Pagamento de abono salarial;

- Aplicações de depósitos especiais;
- Despesas com o Sine;
- Despesas operacionais;
- Reserva mínima de liquidez.

PROGRAMA DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA – PROGER

O Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER foi instituído pela Resolução CODEFAT n.º 59, de 25 de março de 1994, e tem por finalidade a promoção de ações que gerem emprego e renda, mediante concessão de linhas especiais de crédito para a aplicação nos segmentos de micro e pequenos empreendimentos ou de produção associativa, além de iniciativas de produção própria da economia informal, associada à capacitação gerencial e acompanhamento técnico do empreendimento beneficiado. Os agentes financeiros do PROGER são o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, o BNDES e a Caixa Econômica Federal.

As Resoluções CODEFAT n.º 82, de 3 de maio de 1995, e n.º 89, de 4 de agosto de 1995, instituíram o PROGER Rural. O Programa tem por objetivo financiar empreendimentos de produtores e da agroindústria, ambos de micro e pequeno porte, bem como as cooperativas cujos integrantes sejam micro e pequeno produtores. Atualmente as instituições financeiras que o executam são o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste do Brasil.

O PROGER tem atuado também na promoção da agricultura familiar, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio de alocação de recursos para a assistência financeira através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, conforme a Resolução CODEFAT n.º 93, de 14 de setembro de 1995.

A Resolução CODEFAT n.º 109, de 1º de julho de 1996, autorizou a alocação de recursos em depósitos especiais no BNDES para a aplicação no Programa de Crédito Produtivo Popular na Área Urbana e na contratação de financiamentos a pequenos e mini-produtores rurais. A Resolução n.º 124, de 14 de outubro de 1996, estabeleceu os critérios para o primeiro e a Resolução n.º 128, de 23 de outubro de 1996, para o segundo, no âmbito do PRONAF.

A Resolução n.º 85, de 19 de maio de 1995, estabeleceu procedimentos para a alocação de recursos do FAT, em depósitos especiais,

na Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, para financiamento de programas e projetos que contemplem o desenvolvimento da competitividade e capacitação tecnológica nacional, em segmentos específicos da economia, capazes de promover ações modernizadoras e estruturantes, destacando-se os aspectos indutores de inovações, transformações e reestruturações produtivas.

O PROGER é um conjunto de linhas especiais de crédito para financiar quem quer iniciar ou investir no crescimento de seu próprio negócio, tendo por objetivo gerar e manter emprego e renda. Além de constituir instrumento de geração e/ou manutenção de postos de trabalho, o PROGER faz parte do Programa do Seguro-Desemprego, complementando outras ações integradas da Política Pública de Emprego, como a qualificação profissional e a intermediação ao emprego. Desta forma, no Sistema Nacional de Emprego – SINE, o empreendedor tem à sua disposição gratuitamente uma estrutura de recursos humanos para o recrutamento, a seleção e a capacitação da mão-de-obra requerida em seu negócio, podendo, ainda, receber informações para a elaboração de seu plano de negócios.

Os recursos são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, e este, por sua vez, advém, em sua maioria, das contribuições devidas ao PIS e ao PASEP.

O PROGER vem se consolidando como um dos principais instrumentos de que dispõe o Governo para incrementar a política pública de geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida do trabalhador. Sua operacionalização ocorre mediante concessão de créditos em condições especiais, destinados ao financiamento de atividades produtivas nos setores formal e informal da economia nas áreas urbana e rural.

Atualmente, o PROGER oferece três linhas de financiamento: Proger Urbano, Proger Rural e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

O PROGER Urbano possui como público-alvo as micro e pequenas empresas, cooperativas e associações de produção, bem como os profissionais liberais, recém-formados, trabalhadores autônomos, prestadores de serviço em geral, artesãos e pequenos e micro negócios familiares.

O PROGER Rural atende prioritariamente aos pequenos produtores rurais, de forma individual ou coletiva, inclusive as atividades pesqueiras, extrativa vegetal e de aquicultura. A concessão dos créditos

é vinculada à realização de programas de capacitação técnico-gerencial, qualificação profissional, assistência técnica e acompanhamento dos empreendimentos beneficiados. As operações de crédito têm como agentes financeiros os seguintes bancos oficiais: Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR – PLANFOR

Em 1995, o Governo Federal, por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, instituiu o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR fundo financiado majoritariamente com recursos do FAT, visando assegurar a integração do trabalhador ao mercado de trabalho e promover, assim, o aumento de sua empregabilidade, produtividade e renda.

O PLANFOR foi concebido principalmente como estratégia de articulação, fortalecimento e reestruturação da capacidade de Educação Profissional do país, desse modo contribuindo para a construção gradativa e participativa de uma política pública de trabalho e geração de renda, melhoria da competitividade e redução da desigualdade social. Tendo como principais objetivos:

- Oferecer treinamento ou formação profissional gratuita a população;
- Combater a pobreza e o desemprego;
- Aumentar a probabilidade de se obter trabalho;
- Reduzir os riscos de demissão e das taxas de mortalidade da mão-de-obra;
- Atuar como um fator de crescimento de produtividade, da competitividade e da renda.

O PLANFOR é executado de forma descentralizada, por instituições de formação profissional, sob responsabilidade das Secretarias Estaduais de Trabalho (em interação com as Comissões Estaduais e Municipais de Emprego, ampliando a participação social e a sintonia com as demandas do setor produtivo) e das Parcerias Nacionais, realizadas predominantemente com entidades patronais e associações sindicais.

O PLANFOR focaliza sua atuação em populações vulneráveis,

dotadas de maior dificuldade de acesso a outras alternativas de qualificação, em decorrência de situações de pobreza, baixa escolaridade ou discriminação no mercado de trabalho. No período 1995-2001, foram qualificadas 15,3 milhões de pessoas, com recursos da ordem de R\$ 2,3 bilhões (<http://www.mte.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/economia/merctrab/apresent/apresent.htm> acessado em 19/06/2005).

O PLANFOR é um dos mecanismos da Política Pública de Trabalho e Renda (PPTR), no âmbito do FAT. O FAT patrocina diversos tipos de ações destinadas a gerar trabalho e renda, melhorar as condições de acesso ou permanência no mercado de trabalho e proteger a pessoa desempregada, como por exemplo: o seguro-desemprego, a intermediação de mão de obra, o pagamento de abonos salariais, os investimentos produtivos, o crédito popular, a informação sobre o mercado de trabalho e a qualificação profissional - esta por meio do PLANFOR.

O objetivo do PLANFOR é garantir uma oferta de educação profissional permanente, no âmbito da PPTR, que contribua para:

- Reduzir o desemprego e o subemprego da PEA;
- Combater a pobreza e a desigualdade social;
- Elevar a produtividade, a qualidade e a competitividade do setor produtivo.

Em outras palavras, o PLANFOR trata de promover a qualificação profissional como direito do trabalhador e componente básico do desenvolvimento sustentável, com equidade social.

A maior parte da atividade de Qualificação Profissional é executada por meio de convênios firmados com os Estados e o Distrito Federal e outras entidades, na condição de parceiras para a execução do Programa.

O FAT transfere os recursos de acordo com os Planos Estaduais de Qualificação (PEQs) apresentados e conforme termos de referência das áreas e/ou temas a serem abrangidos. Segundo dados no MTE acessado em 19/06/2005, só no exercício de 2000, o PLANFOR qualificou 3 milhões de pessoas, investindo R\$ 438 milhões do FAT, complementado por contrapartidas médias de 20% dos Estados e demais Parceiros.

As ações do PLANFOR de qualificação se realizaram em pelo menos 73% dos 5,5 mil municípios do país, cobrindo 75% dos que são considerados focos de pobreza e exclusão.

Contando com apoio de uma rede de 1,5 mil entidades executoras

– com destaque para as universidades, os sindicatos, o Sistema S (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT) e as ONGs – foi mobilizada para a execução dos programas. Todas essas entidades têm como base a firmação de “parcerias”, mobilizadas em torno das diretrizes do PLANFOR. Tais entidades operam a descentralização de um dos pontos da chamada “política pública de emprego”, via “qualificação profissional”.

As mesmas entidades são encaradas pelo Ministério do Trabalho e Emprego/SEFOR como integrantes da “rede de educação profissional nos estados, no bojo da implementação descentralizada de uma política de trabalho e renda no país. Essa é a estratégia adotada pelo poder público, para que, progressivamente, toda a capacidade instalada concentre seus esforços na formação e na permanente qualificação do cidadão produtivo” (DocumentoSEFOR/1998).

O PLANFOR garante prioridade de foco, ou seja, pelos menos 80% dos recursos e 90% das vagas - para quatro grupos de público considerados vulneráveis: pessoas desocupadas, pessoas desocupadas em risco de desocupação permanente ou conjuntural, empreendedores e pessoas autônomas, associadas, cooperadas ou auto geridas. Vulnerabilidade, no caso do PLANFOR, quer dizer dificuldade de acesso ao trabalho e outras alternativas de qualificação profissional, por razões de pobreza, baixa escolaridade e outros fatores de discriminação e seletividade no mercado.

OUTROS PROGRAMAS

Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador - PROEMPREGO

Outra iniciativa para geração de emprego e renda, além do PROGER, é o Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador - PROEMPREGO, instituído por meio das Resoluções CODEFAT n.º 103, de 06 de março de 1996, e n.º 104, de 17 de abril de 1996.

O programa é executado com a alocação de recursos em depósitos especiais, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Estes recursos estão sendo destinados ao financiamento de investimentos em: transporte coletivo de massa, saneamento ambiental, infra-estrutura turística, obras de infra-estrutura voltadas para a melhoria

da competitividade do País e revitalização de sub-setores industriais em regiões com problemas de desemprego.

A Resolução CODEFAT n.º 207, de 29/04/99, ampliou o programa, criando o PROEMPREGO II, que possui dois conjuntos distintos de investimentos com elevado potencial de geração de empregos: o subprograma Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador, com investimentos em saúde, saneamento ambiental, educação, transporte coletivo de massa, programa de melhoria da administração tributária municipal (PAT) e projetos multisetoriais integrados (PMI); e o subprograma Expansão do Emprego, com investimentos em comércio e serviço, energia, telecomunicações, infra-estrutura viária e construção naval, pequenas e médias empresas e apoio a atividades de exportação.

O Programa de Promoção do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador – PROTRABALHO

O Programa de Promoção do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador – PROTRABALHO foi instituído pela Resolução CODEFAT n.º 171, de 27 de maio de 1998. Esse Programa tem objetivo de investir em infra-estrutura econômica e social, visando aumentar o número de empregos diretos e indiretos, aumentar a competitividade do setor produtivo, financiar projetos estratégicos de desenvolvimento regional e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores.

A Resolução CODEFAT n.º 210 autorizou a alocação de novos recursos no PROTRABALHO, criando desta maneira o PROTRABALHO II, e por fim, a Resolução CODEFAT n.º 255 autorizou novos depósitos especiais para a terceira fase do Programa PROTRABALHO III.

O agente financeiro desse Programa é o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, que aplica os recursos do FAT em setores considerados prioritários, como os seguintes: pólos de desenvolvimento regional (rural, agro-industrial e industrial); saneamento básico; reciclagem de lixo e turismo.

Programa de Crédito Produtivo Popular - PCPP

O Programa de Crédito Produtivo Popular -PCPP, do BNDES, tem por objetivo promover a formação de uma rede de instituições capazes de propiciar crédito a microempreendedores. O programa quer atender

aqueles que geralmente não têm acesso à rede bancária, podendo habilitarem-se os empreendedores formais ou informais.

O BNDES prevê com o programa o apoio às organizações não-governamentais (ONGs) com atuação na área de microcréditos. Para habilitação, a ONG interessada deverá apresentar seis meses de efetiva e eficaz atuação em crédito produtivo popular, demonstrada por meio do número e qualidade das operações, do público atendido e da sua estrutura operacional. O Programa de Crédito Produtivo popular foi criado com objetivos de:

Viabilizar novos mecanismos de financiamento, por meio do BNDES, para geração de ocupação e renda que atendam à população de baixa renda, dando acesso, inclusive, aos trabalhadores do setor informal, seja para o auto-emprego, seja para formação de cooperativas de trabalho, de forma a criar condições de sobrevivência, crescimento e formalização desses negócios;

Criar alternativas de investimentos para a geração de empregos, notadamente nas microempresas;

Elevar a produtividade dos empreendimentos apoiados, por meio do incentivo ao investimento fixo associado à capacitação técnico-gereencial do empreendedor, de forma a minimizar o risco do negócio, possibilitar seu crescimento e estimular a formalização da microempresa.

No BNDES, o Programa tem duas linhas: o **BNDES Trabalhador**, que financia capital de giro e de investimento fixo, por intermédio de fundos estaduais, com a participação dos municípios; e o **BNDES Solidário**, que apóia ONGs que concedam microcréditos.

SOBRE OS AUTORES

Varelino Gomes dos Santos é Graduado em Administração de Empresas e Mestre em Economia Regional - ênfase em mercado de trabalho pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; Atuou há quinze anos como docente; Atuou como Professor substituto na UFRN; Atuou como Coordenador de Curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos e Gestão Comercial da Faculdade de Natal – FAL; Atuou como coordenador de curso e da Central de Estágios e Empregos da FAL - CEEFAL (2003 a 2010); Atuou em programas de qualificação de jovens pela Secretaria de Educação do Estado do RN - CENEP (2007 A 2009); Atuou como avaliador e orientador em trabalhos de conclusão de curso pela UFRN, FAL e Faculdade do Seridó – FAS; Atuou ainda como membro do fórum de estágio do RN; Possui Experiência na área de Administração, Empreendedorismo, Marketing e Mercado de Trabalho; Atualmente é professor Titular de Gestão e Cooperativismo com regime de dedicação Exclusiva do IFRN Campus Macau.

Valdemir Galvão de Carvalho é Bacharel em Ciências Administrativas (UFRN/1998); Licenciado em Educação Física (UFRN/2005) e Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior (UFRJ/2001); MBA em Administração Financeira (FARN/2009); Mestre em Engenharia de Produção (UFRN/2005) e Doutorando em Ciências Contábeis pelo programa Multiinstitucional UFPB/UFRN/UNB. É professor titular da Universidade federal do Rio Grande do Norte – UFRN e Coordenador do curso de MBA em Gestão Estratégica de Finanças, ministra as disciplinas de Administração Financeira, Análise das Demonstrações Financeiras, Matemática Financeira, Orçamento Empresarial, Mercado Financeiro e de Capitais, Administração de Custos, Formação do Preço de Venda, Engenharia Econômica, e Projeto de Investimentos.

IFRN
Editora ■■■■



Varélio Gomes dos Santos é Graduado em Administração de Empresas e Mestre em Economia Regional - ênfase em mercado de trabalho pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; Atuou há quinze anos como docente; Atua como Professor substituto na UFRN; Atuou como Coordenador de Curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos e Gestão Comercial da Faculdade de Natal – FAL; Atuou como coordenador de curso e da Central de Estágios e Empregos da FAL - CEEFAL (2003 a 2010); Atuou em programas de qualificação de jovens pela Secretaria de Educação do Estado do RN - CENEP (2007 A 2009); Atuou como avaliador e orientador em trabalhos de conclusão de curso pela UFRN, FAL e Faculdade do Seridó – FAS; Atuou ainda como membro do fórum de estágio do RN; Possui Experiência na área de Administração, Empreendedorismo, Marketing e Mercado de Trabalho; Atualmente é professor Titular de Gestão e Cooperativismo com regime de dedicação Exclusiva do IFRN Campus Macau.



Valdemir Galvão de Carvalho é Bacharel em Ciências Administrativas (UFRN/1998); Licenciado em Educação Física (UFRN/2005) e Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior (UFRJ/2001); MBA em Administração Financeira (FARN/2009); Mestre em Engenharia de Produção (UFRN/2005) e Doutorando em Ciências Contábeis pelo programa Multiinstitucional UFPB/UFRN/UNB. É professor titular da Universidade federal do Rio Grande do Norte – UFRN e Coordenador do curso de MBA em Gestão Estratégica de Finanças, ministra as disciplinas de Administração Financeira, Análise das Demonstrações Financeiras, Matemática Financeira, Orçamento Empresarial, Mercado Financeiro e de Capitais, Administração de Custos, Formação do Preço de Venda, Engenharia Econômica, e Projeto de Investimentos.

Esta obra tem como objetivo apresentar o panorama do mercado de trabalho formal do Rio Grande do Norte durante a década de 90. Para atingir esse propósito buscou-se apoio teórico em autores como Márcio Pochmann, Wilson Cano, Tânia Bacelar entre outros para traçar o panorama do mercado de trabalho formal na última década do século XX. Os dados quantitativos do emprego formal foram tratados a partir das informações do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, especificamente da RAIS/CAGED e, também dos dados do IBGE. O resultado apresenta um diagnóstico do emprego formal no Brasil, Nordeste e RN no comércio, serviço e indústria além de apresentar debate sobre a situação conjuntural do emprego formal na década de 90.